



Auren Operações S.A.

CNPJ: 00.194.724/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

PERFIL CORPORATIVO

A Auren Operações S.A., anteriormente denominada AES Brasil Operações S.A., é uma companhia de capital aberto, que tem por objeto social: (i) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista; e (ii) estudar, planejar, operar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades. A Auren Operações é subsidiária direta da Auren Participações e possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável. As usinas hídricas, eólicas e solares da Companhia totalizam 3,8 GW de capacidade instalada.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Fonte Hídrica

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), instrumento de compartilhamento do risco hidrológico. O índice de disponibilidade verificada das principais Usinas Hidrelétricas da Companhia, como, Água Vermelha, Promissão e Nova Avanhandava - que representam 74,5% da capacidade hidrelétrica da Companhia considerando o total das UHES próprias e PCHs -, encontram-se acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para as usinas, cujos valores estão abaixo das referências, foi definida uma estratégia de Redução das manufaturas próprias, visando aumentar a disponibilidade desses ativos e garantir maior segurança operacional ao longo dos anos. Como reflexo do cenário hidrológico do período, o volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da Auren Operações atingiu 8.522 GWh em 2024, 30% abaixo do registrado no mesmo período de 2023 (12.197 GWh).

Fonte Eólica

A geração eólica bruta atingiu 1.865 GWh em 2024, 23% inferior ao mesmo período do ano anterior (2.448 GWh em 2023). A partir de 17 de setembro de 2024, o ONS implementou uma nova metodologia para restrição de geração, adotando uma abordagem mais ampla, que prioriza áreas com maior sobrecarga no sistema elétrico. Segundo o Operador, a nova metodologia aumenta a confiabilidade do SIN e permite uma distribuição mais equilibrada das restrições de geração, evitando que sejam concentradas em um grupo específico de geradores ou em determinadas regiões. Essas mudanças, aliadas à entrada em operação da linha de transmissão Pacatuba e às características sazonais do recurso eólico, contribuíram para a redução da profundidade dos cortes de geração observados nos ativos no quarto trimestre de 2024 em relação ao observado no terceiro trimestre.

Fonte Solar

Os complexos solares registraram geração bruta de 548 GWh em 2024, redução de 2% em relação a 2023 (561 GWh).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Auren Operações Consolidado - R\$/mil				
	2024	2023		Var.
Receita operacional líquida	3.438.492	3.018.802		14%
Custo de produção e operação de energia	(2.654.305)	(1.995.902)		33%
Lucro Bruto	784.187	1.022.900		-23%
Gerais e administrativas	(161.921)	(161.484)		0%
Outras (despesas) receitas operacionais	(13.744)	(658)		1989%
Total das Despesas e Receitas Operacionais	(175.665)	(162.142)		8%

Auren Operações Consolidado - R\$/mil				
	2024	2023		Var.
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	608.522	860.758		-29%
Receitas financeiras	203.233	220.415		-8%
Despesas financeiras	(654.894)	(758.718)		-14%
Total do Resultado Financeiro	(451.661)	(538.303)		-16%
Resultado de equivalência patrimonial	(126.268)	65.575		-293%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	30.593	388.030		-92%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(54.380)	(75.083)		-28%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.942	21.143		146%
Lucro Líquido do Exercício	28.155	334.090		-92%

Lucro Bruto

No período, o lucro bruto totalizou R\$ 784,2 milhões, -23% se comparado ao mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelo aumento do custo da energia em 2024, em função de novos contratos de compra de energia para equilibrar o balanço energético da Companhia de modo a suprir exposições ao MRE e garantir o fornecimento de energia em um cenário de geração abaixo do esperado e em razão de *curtailment*, impactado pela menor geração dos parques eólicos com energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas e receitas operacionais somaram R\$ 175,7 milhões no acumulado do ano, aumento de 8% em relação 2023 (R\$ 162,1 milhões). Além do impacto da inflação, foram registrados eventos não recorrentes que aumentaram os custos e despesas em 2024 relacionados à integração devido à combinação de negócios envolvendo a sua controlada Auren Participações e a Auren Energia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido registrado em 2024 foi uma despesa líquida de R\$ 451,7 milhões, em comparação com uma despesa líquida de R\$ 538,3 milhões registrado em 2023. As receitas financeiras somaram R\$ 203,2 milhões em 2024, 8% inferior à 2023 (R\$ 220,4 milhões), reflexo do menor rendimento de aplicações financeiras em função do menor CDI médio registrado. As despesas financeiras somaram R\$ 654,9 milhões no acumulado do ano (vs R\$ 758,7 milhões em 2023). Assim como a receita, as despesas financeiras também foram influenciadas pelo menor CDI médio no período.

Resultado de Equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial registrado em 2024 foi uma despesa de R\$ 126,3 milhões, em comparação a uma receita de R\$ 65,6 milhões registrado em 2023. A variação de R\$191,9 milhões é devida, principalmente, pelo prejuízo registrado em Tucano Holding 1 em 2024.

Lucro Líquido

Em função dos fatores mencionados, o lucro líquido consolidado da Auren Operações em 2024 foi de R\$ 28,2 milhões (vs R\$ 334,1 milhões em 2023). São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3	452.979	798.473	869.060	1.178.754	1.195.955
Fundo de liquidez - Conta reserva	3	-	-	-	6.194	-
Contas a receber de clientes	4	301.524	277.500	222.338	394.097	337.071
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	75.428	55.421	39.139	101.705	72.859
Outros tributos a recuperar	5	1.181	1.655	221	2.525	3.348
Instrumentos financeiros derivativos	30	84.345	-	-	84.345	-
Cauções e depósitos vinculados	7	2.033	20.881	35.256	2.050	35.258
Conta de ressarcimento	8	-	-	-	3.203	9.718
Outros ativos	9	96.132	32.832	54.186	171.325	100.838
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.013.622	1.186.762	1.220.200	1.944.198	1.741.462
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Fundo de liquidez - Conta reserva	3	21.470	-	-	418.729	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	-	-	-	24.212	9.032
Tributos diferidos	6	141.409	111.478	117.139	157.100	128.321
Cauções e depósitos vinculados	7	3.294	23.287	20.055	6.960	347.842
Instrumentos financeiros derivativos	30	14.847	-	-	14.847	-
Conta de ressarcimento	8	-	-	-	6.038	7.854
Outros ativos	9	28.092	29.971	37.277	33.618	32.060
Investimentos em controladas e joint ventures	10	4.505.929	4.222.074	4.341.256	1.384.708	1.278.747
Imobilizado, líquido	11	2.298.639	2.396.860	2.489.338	6.143.674	6.348.930
Intangível, líquido	12	702.759	795.065	883.677	944.159	1.092.327
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.716.079	7.778.735	7.888.742	9.134.045	9.242.668
TOTAL DO ATIVO		8.729.701	8.765.497	9.108.942	11.078.243	11.386.380

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	13	201.689	159.339	131.557	264.250	210.753
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.175.109	657.804	472.023	1.246.464	731.385
Passivo de arrendamento	16	546	2.422	-	1.727	5.529
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	-	-	-	16.600	13.117
Outros tributos a pagar	14	34.926	41.392	34.307	43.602	48.367
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	29	108.926	9.926	138	207.840	8.926
Provisões para processos judiciais e outros	18	9.484	7.254	23.498	9.484	7.254
Instrumentos financeiros derivativos	30	52.165	80.693	24.651	52.165	80.693
Encargos setoriais	19	20.287	21.232	13.878	20.607	21.527
Obrigações de aquisições	0	-	-	5.798	-	5.798
Conta de ressarcimento	29	-	-	-	569.749	-
Contas a pagar a partes relacionadas	29	-	-	-	-	-
Outras obrigações	20	34.067	48.528	44.304	39.112	64.643
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.637.199	1.027.390	750.154	2.471.600	1.284.788
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.302.560	4.444.025	5.042.649	4.580.239	4.789.909
Passivo de arrendamento	16	18.722	20.005	23.577	75.853	107.849
Tributos diferidos	6	-	-	-	3.817	1.466
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	27.481	104.007	110.690	27.481	104.007
Provisões para processos judiciais e outros	18	37.720	63.728	71.049	39.436	64.982
Instrumentos financeiros derivativos	30	45.667	192.236	217.698	45.668	192.236
Conta de ressarcimento	8	-	-	-	101.561	434.961
Outras obrigações	20	14.661	16.773	163.344	72.698	69.085
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.446.811	4.840.774	5.629.007	4.946.753	5.764.495
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social subscrito e integralizado	21	1.823.775	1.799.262	1.799.262	1.823.775	1.799.262
Reserva de capital	21.1	47.006	71.519	71.519	47.006	71.519
Reserva de lucros	21.1	444.330	688.468	512.257	444.330	688.468
Outros resultados abrangentes	21.1	330.580	338.084	346.743	330.580	338.084
Subtotal		2.645.691	2.897.333	2.729.781	2.645.691	2.897.333
Participação de acionistas não controladores	21	-	-	-	1.014.199	1.037.514
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.645.691	2.897.333	2.729.781	3.659.890	3.934.847
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.729.701	8.765.497	9.108.942	11.078.243	11.386.380

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	Notas	2024	2023	2024	2023	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(94.307)	133.822	28.155	334.090	
Outros resultados abrangentes:						
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro						
Remensuração da obrigação com previdência privada		74.831	11.929	74.831	11.929	
Imposto de renda e contribuição social sobre obrigação com previdência privada	(25.443)	(4.056)	(25.443)	(4.056)	(4.056)	
Remensuração da obrigação com PIA	2.838	(1.730)	2.838	(1.730)	(1.730)	
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro						
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada		94	(4.228)	-	-	
Hedge de fluxo de caixa	30.1	(9.819)	60.964	(9.441)	57.020	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	6.1	3.339	(20.728)	3.339	(20.728)	
Opção de recompra de participação acionária	20	(2.210)	(218)	(2.210)	(218)	
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		(51.642)	176.343	71.104	376.895	
Atribuído a acionistas da empresa controladora		(51.642)	176.343	(51.642)	176.343	
Atribuído a acionistas não controladores		-	122.746	-	200.552	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Capital social	Reserva especial de ágio	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Transação de controle com coligadas	Outras reservas de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.799.262	97.651	9.405	4.699	(40.500)	264
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Transações com os acionistas:						
Redução de capital em controladas	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do Patrimônio Líquido:						
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas com lucro do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.799.262	97.651	9.405	4.699	(40.500)	264
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.799.262	97.651	9.405	4.699	(40.500)	264
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Transações com os acionistas:						
Aumento de capital	24.513	(24.513)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do Patrimônio Líquido:						
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas com lucro do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.823.775	73.138	9.405	4.699	(40.500)	264



Auren Operações S.A.
CNPJ: 00.194.724/0001-13

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2024**

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Auren Operações S.A., ("Companhia"), anteriormente denominada AES Brasil Operações S.A., é uma companhia de capital aberto, constituída em 14 de setembro de 1994, com sede na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 343+95, Distrito Industrial Marcus Vinícius Feliz Machado, sala 07, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Brasil, que tem por objeto social: (i) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista; e (ii) estudar, planejar, operar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.
A Companhia é diretamente controlada pela Auren Participações S.A. ("Auren Participações") e conforme detalhado na nota explicativa 1.5(b), a partir de 31 de outubro de 2024, a Companhia passou a ser controlada indiretamente pela Auren Energia S.A. ("Auren"), que por sua vez possui como acionistas controladores a Votorantim S.A. ("Votorantim") e o *Canada Pension Plan Investments Board ("CPP Investments")*, em conjunto.
A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidroelétrica, geração eólica e geração solar.

1.1

Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Prazo de concessão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Usinas Hidrelétricas (UHE)					
Água Vermelha	1978	2032	6	1.396,2	694,5
Nova Avanhandava	1982	2032	3	347,4	125,5
Promissão	1975	2032	3	264,0	93,9
Bariri	1969	2032	3	143,1	59,6
Barra Bonita	1963	2032	4	140,8	46,7
Ibitinga	1969	2032	3	131,5	66,8
Euclides da Cunha	1960	2032	4	108,9	47,1
Caconde	1966	2032	2	80,4	32,5
Limoeiro	1958	2032	2	32,0	14,3
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
Mogi-Guaçu	1994	2032	2	7,2	4,0
São José	2012	2036	2	4,0	1,6
São Joaquim	2011	2036	1	3,0	1,3
Total			35	2.658,5	1.187,8

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.
De acordo com a portaria nº 709/2022 de 02 de dezembro de 2022, do Ministério de Minas e Energia (MME), foi aprovada a revisão das garantias físicas das usinas hidroelétricas, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023.

Alocação da garantia física
A alocação da garantia física é parte da estratégia de sazonalização de energia, ou seja, o quanto da capacidade de geração hídrica, em MW médios, a Companhia irá alocar a cada mês do ano vigente para atender seus contratos de venda de energia e capturar oportunidades de mercado. Ao definir qual será a curva de alocação de energia, ou sazonalização, a Companhia avalia diversos cenários e fatores que podem impactar sua capacidade de geração futura, como a curva de despacho das usinas termelétricas, condições hidrológicas, demanda de energia, nível dos reservatórios entre outros fatores que possam influenciar na decisão.

1.2

Geração eólica

Geração eólica - Leilões

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Eólico Alto Sertão II									
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados (ii)	12º LEN/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões (ii)	12º LEN/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Subtotal							230	386,1	184,4
Eólico Ventus									
Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60,1	21,1
Subtotal							112	187,0	65,8
Eólico Salinas e Mandacaru									
Embuaca	2º LER/2009	732/2010	18/08/10	17/08/45	35 anos	2014	13	27,3	11,1
Icarai	2º LER/2009	601/2010	01/07/10	30/06/45	35 anos	2014	8	16,8	7,8
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/10	25/10/45	35 anos	2014	11	23,1	8,4
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	13	27,3	11,8
Santo Antônio de Pádua (ii)	12º LEN/2011	419/2012	12/07/12	11/07/47	35 anos	2014	7	14,0	5,7
São Cristóvão	12º LEN/2011	411/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	13	26,0	11,1
São Jorge (ii)	12º LEN/2011	412/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	12	24,0	10,8
Subtotal							77	158,5	66,7
Complexo Eólico Cassino									
Cassino I (Vento)	02º LFA/2010	153/2011	03/11/11	03/02/46	35 anos	2015	11	22,0	8,1
Cassino II (Wind)	02º LFA/2010	162/2011	03/11/11	03/02/46	35 anos	2015	10	20,0	7,5
Cassino III (Brisa)	02º LFA/2010	152/2011	03/11/11	03/02/46	35 anos	2015	11	22,0	8,6
Subtotal							32	64,0	24,2
Total							451	795,6	341,1

(i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.
(ii) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para as usinas eólicas Pilões, Dourados, São Jorge e Santo Antônio de Pádua foram revogadas pela Portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.
Em 31 de dezembro de 2024, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) estava conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo				
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
Complexo Eólico Alto Sertão II									
Ametista	12º LEN/2011	Distribuidoras	121.764	205,51	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Borgo	12º LEN/2011	Distribuidoras	84.972	203,89	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Caetité	12º LEN/2011	Distribuidoras	125.268	204,23	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Dourados	12º LEN/2011	Distribuidoras	115.632	204,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Espigão	12º LEN/2011	Distribuidoras	42.924	206,60	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Maron	12º LEN/2011	Distribuidoras	120.888	205,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Pelourinho	12º LEN/2011	Distribuidoras	103.368	204,90	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Pilões	12º LEN/2011	Distribuidoras	114.756	202,59	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Serra Espinhaço	12º LEN/2011	Distribuidoras	77.964	201,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Da Prata	3º LER/2010	CCEE	85.760	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Araçás	3º LER/2010	CCEE	106.784	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Morrão	3º LER/2010	CCEE	124.848	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Seraíma	3º LER/2010	CCEE	125.846	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Tanque	3º LER/2010	CCEE	111.988	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	CCEE	88.476	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Subtotal			1.551.238						
Complexo Eólico Ventus									
Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	349,81	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	CCEE	160.999	351,42	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	CCEE	165.102	352,11	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Subtotal			510.417						
Complexo Eólico Salinas e Mandacaru									
Embuaca	2º LER/2009	CCEE	96.360	347,51	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Icarai	2º LER/2009	CCEE	61.320	347,54	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Mar e Terra	2º LER/2009	CCEE	70.080	351,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Bela Vista	2º LER/2009	CCEE	96.360	351,10	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Santo Antônio de Pádua	12º LEN/2011	Distribuidoras	56.064	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro	
São Cristóvão	12º LEN/2011	Distribuidoras	113.004	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro	
São Jorge	12º LEN/2011	Distribuidoras	105.996	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro	
Subtotal			599.184						
Complexo Eólico Cassino									
Cassino I (Vento)	02º LFA/2010	Distribuidoras	77.964	310,29	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro	
Cassino II (Wind)	02º LFA/2010	Distribuidoras	70.080	310,31	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro	
Cassino III (Brisa)	02º LFA/2010	Distribuidoras	83.220	310,27	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro	
Subtotal			231.264						
Total			2.892.103						

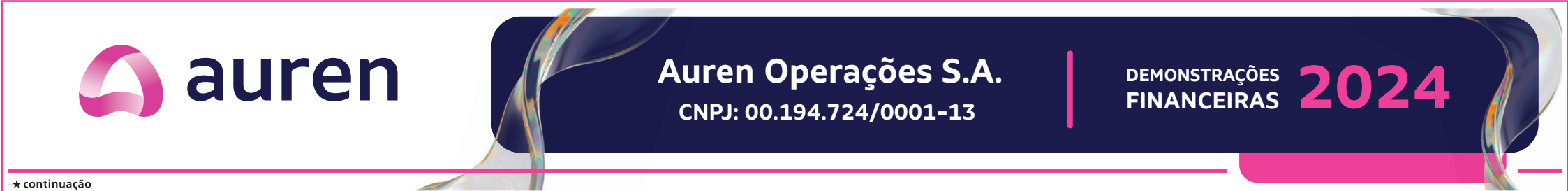
(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

1.3

Geração solar

Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MWh (i)
Solar Guaimbê									
Guaimbê I	6º LER/2014	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER/2014	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER/2014	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER/2014	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER/2014	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Subtotal							110	150,0	29,5
Solar Ouroeste									
Boa Hora 1	8º LER/2015	239/2016	10/06/16	09/06/51	35 anos	2019	22	23,0	5,3
Boa Hora 2	8º LER/2015	173/2016	12/05/16	11/05/51	35 anos	2019	22	23,0	5,3
Boa Hora 3	8º LER/2015	169/2016	10/05/16	09/05/51	35 anos	2019	22	23,0	5,3
Subtotal							66	69,0	15,9
Solar Água Vermelha									
AGV IV	25º LEN/2017	244/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	15,2	4,0
AGV V	25º LEN/2017	243/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	8,0
AGV VI	25º LEN/2017	242/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	7,5
Subtotal							66	76,0	19,5
Solar Água Vermelha									
AGV VII	ACL	REA 10.648/2021	29/09/21	27/09/56	35 anos	2024	104	33,2	-
Subtotal							104	33,2	-
Total							346	328,2	64,9

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.
Em 31 de dezembro de 2024, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação ao item (iii) acima, há ainda uma regra que prevê a aplicação de um "Fator de Equivalência" ("FE") no saldo remanescente, em sendo esta a opção de expansão de capacidade instalada. O FE, conceitualmente, nada mais é do que a definição de requisitos para que se chegue a um valor equânime correspondente de geração para a obrigação de expansão dada a conjuntura aqui já mencionada de menor demanda de energia e transformação do mercado de energia.

Projetos vinculados à obrigação de expansão
Desde o início da concessão em 1999, com a finalidade de atender a obrigação de expansão, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 317 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011; 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012; dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW; aquisição, em 2018, do Complexo Solar Guaimbê com 150 MW; e construção, em 2019, do Complexo Ouroeste com 150 MW, ambos no Estado de São Paulo.
Dadas as formas disponíveis de expansão para potência remanescente, a Companhia optou pela implantação de empreendimentos de geração centralizada para comercialização de energia elétrica no mercado livre.
Escolhida essa opção, foi calculado o FE para encontrar o saldo remanescente equivalente. Para 2021, conforme previsão de atualização monetária, os valores atualizados dos parâmetros geram um FE atualizado de 2,87.
Dado que o período de atualização tem como base a data de aquisição, informa-se que foi publicada a outorga da UFV Água Vermelha VII, no dia 29 de setembro de 2021, através da Resolução Autorizativa nº 10.648, de 28 de setembro de 2021. Assim, temos os valores, conforme abaixo:

Requisitos - Acordo Expansão São Paulo	Acordo 2021
Necessidade de expansão (MW)	81
Fator de Equivalência (FE)	2,87
VRES (Portaria 65/2018) (RS/MWh) (i)	537,67
CME (RS/MWh) (ii)	187,46
Expansão ponderada	28,22
(i) VRES - Valor anual de referência	
(ii) CME - Custo marginal de expansão	

O saldo remanescente de expansão para cumprimento integral do acordo através de implantação de usinas no mercado livre é de 28,22 MW e dado que a UFV Água Vermelha VII possui uma capacidade instalada de 33,21 MW, estaria cumprida a obrigação em questão. Em 2021, a Companhia apresentou manifestação comprovando o atendimento à obrigação de expansão.

Em abril de 2022, o Governo do Estado se manifestou através de Manifestação Técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, em concordância técnica com toda a manifestação e a documentação apresentada, restando apenas a comprovação da entrada em operação da UFV Água Vermelha VII, que ocorreu em 30 de julho de 2024, conforme despacho ANEEL nº 2.204/2024.
Em agosto de 2024 a Companhia enviou à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL SP, o relatório de comissionamento emitido pela Engenharia do Proprietário (MFPain), empresa contratada para fiscalizar toda etapa de execução do empreendimento com o intuito de demonstrar que a obra foi executada conforme o projeto executivo. Além do relatório, foram enviados outros documentos (Licença de Instalação-LI, Licença de Operação-LO, Despacho da ANEEL liberando a operação comercial da UFV Água Vermelha VII, etc), evidenciando assim o cumprimento das diversas etapas e a plena operação da usina.

b. Combinação de negócios com a Auren Energia S.A.
Em 15 de maio de 2024, a Controladora direta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A. ("ARN"), o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Acordo") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da Controladora direta AES Brasil em subsidiária integral da Auren, conforme as seguintes etapas, todas elas interdependentes e vinculadas entre si:
(i) A incorporação da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil foi realizada via ARN, com a consequente entrega aos acionistas da AES Brasil de determinado número de ações ordinárias (ONs) e ações compulsoriamente resgatáveis (PNs) da ARN. A relação de troca foi de 10 (dez) ações da ARN para cada 1 (uma) ação da AES Brasil no momento da data de fechamento da Operação.
Com base nos termos da Operação, os acionistas da Companhia optaram pelo recebimento de ações ONs ou ações PNs, sendo que cada ação PN foi resgatada pelo valor de R\$ 1,18438832610.
Os acionistas da AES Brasil escolheram uma das opções disponíveis e detalhadas abaixo:

Opção 1	Opção 2	Opção 3
90%	50%	00%
10%	50%	100%

- Percentual recebido em Ações ON ARN
Percentual recebido em Moeda corrente nacional (a)
a. Reflete o resgate compulsório e automático das ações PN da ARN, com o consequente e imediato cancelamento dessas ações.
Nos termos do Acordo, foi assegurado aos acionistas da Companhia um prazo de 10 (dez) dias úteis para optarem pelo recebimento de ações ONs e/ou ações PNs, o qual ocorreu de 16 a 29 de outubro de 2024.
(ii) Imediatamente após a conclusão da troca de ações, as ações PNs da ARN foram automática e obrigatoriamente resgatadas e, como contraprestação do resgate das ações PNs, os acionistas da Companhia receberam um valor em dinheiro, de acordo com as opções que forem feitas por eles, o qual estão detalhados abaixo:
(a) Total de 50.377.974 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren; e
(b) Valor total em dinheiro, a título de resgate de ações preferenciais, de R\$ 6.358.682.
(iii) Na sequência, a ARN foi incorporada pela Auren, e, como resultado, as ações ordinárias da ARN detidas pela Auren foram canceladas e as ações ordinárias da ARN detidas pelos outros acionistas destinadas para o aumento de capital da Auren em troca de novas ações. Em contraprestação, em decorrência (a) do resultado do exercício do direito de retirada dos acionistas da AES Brasil no âmbito da incorporação de ações, (b) da alteração do número de ações da AES Brasil mantidas em tesouraria por força do exercício do direito de retirada, (c) dos custos ligados aos pacotes de retenção dos colaboradores da AES Brasil; (d) dos custos e despesas efetivamente incorridos pela AES Brasil no processo de obtenção das anuências de terceiros e credores previstas no Acordo e, (e) da capitalização de reserva de água realizado pela Companhia, incluindo saldos remanescentes que não tenham sido capitalizados e que sejam atribuídos ao BNDES, os acionistas da AES Brasil receberam ações ordinárias ("ON") de emissão da Auren e para cada 1 ação ARN que detinham, receberam o equivalente 0,07499873952 ação ordinária de emissão da Auren. Consequentemente, na data do fechamento da Operação, a todos os ativos e passivos da ARN foram transferidos para a Auren, com o cancelamento do investimento da Auren na ARN e a extinção da ARN (incorporação da ARN pela Auren).
(c) Aprovação da Combinação de negócios pelo CADE: No dia 14 de junho de 2024, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou, sem restrições, a proposta de Combinação de negócios entre Auren e AES Brasil. Transcorrido o prazo de 15 dias da publicação da referida decisão, ela tornou-se final e definitiva.
(d) Aprovação da Combinação de negócios pela ANEEL: No dia 06 de setembro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), anuiu a transferência de controle societário indireto da Companhia para a Auren.
(e) Data de fechamento: Em 31 de outubro de 2024, a aquisição da AES Brasil foi concluída, após cumprimento de todas as condições precedentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 10 de fevereiro de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, submetendo-as nesta data à avaliação do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária a ser convocada.

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. No caso da Companhia, essas práticas contábeis adotadas no Brasil diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("deferred cost"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de homologação.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCP 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

- 2.2 Políticas contábeis e estimativas**
As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.
- 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.
As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos; ressarcimentos de contratos regulados eólicos e solares, benefícios pós-emprego, vida útil dos bens do imobilizado, provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para desmantelamento de ativos e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração
A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração do valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou que não houve qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

- 2.5 Base de preparação e apresentação**
• Continuidade operacional
Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e joint ventures em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas, no montante de R\$527.402, suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, mantendo a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.
• Segmento de negócios
Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

2.6 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira
• Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.
• Transações e saldos em moeda estrangeira
As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.
Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024
A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").
As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2024, estão evidenciadas a seguir:
• Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

- 2.8 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes**
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir.
A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.	1º de janeiro de 2025
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standards Board</i> ("ISSB") - IFRS S1 e IFRS S2	Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2.	
(i) IFRS S1 (<i>General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information</i>) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade;		

(ii) IFRS S2 (*Climate-related Disclosures*) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* ("TCFD") e métricas derivadas dos padrões Sustainability Accounting Standards Board ("SASB") referente-se às aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

Pronunciamentos	Principais aspectos
IFRS S1	Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos
IFRS S2	Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticas, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

As organizações poderão adotar a divulgação em caráter voluntário a partir de janeiro de 2024. A Administração da Companhia e suas controladas realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, conforme estabelecido na Resolução 193.
Críticos de consolidação
As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.
Os principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:
- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.
As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.
As seguintes entidades são consideradas como controladas:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				2024	2023
Controlada direta					
Guaimbê Solar Holding S.A. (Guaimbê Holding) (i)	Holding	Complexo Guaimbê	São Paulo, SP	76,59%	76,59%
MS Participações S.A. (MS)	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	100%
Santos Energia Participações S.A. (Santos)	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	100%
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. (Cassino)	Holding	Complexo Cassino	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. (Boa Hora 1)	Holding	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. (Boa Hora 2)	Holding	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. (Boa Hora 3)	Holding	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. Tietê Integra	Holding	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AGV Solar VII Geradora de Energia S.A (AGV VII)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Controladas indiretas					
Guaimbê I Parque Solar Ltda. (Guaimbê I)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,59%	76,59%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. (Guaimbê II)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,59%	76,59%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. (Guaimbê III)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,59%	76,59%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. (Guaimbê IV)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,59%	76,59%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. (Guaimbê V)	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	76,59%	76,59%
Tietê Eólica S.A. (Tietê Eólica)	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	76,59%	76,59%
Nova Energia Holding S.A. (Nova Energia)	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Ametista S.A. (Ametista)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. (Araçás)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caculé, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Borgo S.A. (Borgo)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindal, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Caetité S.A. (Caetité)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindal, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas da Prata S.A. (Da Prata)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igarapé, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Dourados S.A. (Dourados)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Espigão S.A. (Espigão)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindal, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Maron S.A. (Maron)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caculé, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Morrão S.A. (Morrão)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caculé, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (Pelourinho)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindal, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Pilões S.A. (Pilões)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caculé, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Seralma S.A. (Seralma)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. (Serra do Espinhaço)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindal, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Tanque S.A. (Tanque)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caculé, BA	76,59%	76,59%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. (Ventos do Nordeste)	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caculé, BA	76,59%	76,59%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. (AGV IV)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	76,59%	76,59%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. (AGV V)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	76,59%	76,59%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (AGV VI)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	76,59%	76,59%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (Ventus Holding)	Holding	Complexo Ventus	São Paulo, SP	76,59%	76,59%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	76,59%	76,59%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	76,59%	76,59%
Rei dos Ventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	76,59%	76,59%
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. (Bela Vista)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	100%
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. (Embuaca)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. (Icarai)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Amontada, CE	100%	100%
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (Mar e Terra)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	100%
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. (Santo Antônio de Pádua)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
Central Eólica São Cristóvão S.A. (São Cristóvão)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
Central Eólica São Jorge S.A. (São Jorge)	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	100%
EOL Wind Energias Renováveis S.A. (EOL Wind)	Geração eólica	Complexo Cassino	Rio Grande, RS	100%	100%
EOL Brisa Energias Renováveis S.A. (EOL Brisa)	Geração eólica	Complexo Cassino	Rio Grande, RS	100%	100%
EOL Vento Energias Renováveis S.A. (EOL Vento)	Geração eólica	Complexo Cassino	Rio Grande, RS	100%	100%

(i) Para fins de resultado de equivalência na controladora e definição da participação de acionistas não controladores no consolidado, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. Veja maiores detalhes na NE 21.2.

2.10 Revisão de política contábil
A Companhia, objetivando alinhamento com o grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.
As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, que podem, no entanto, ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seu compromisso de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingem a definição de classificação como equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.
Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.
Como a Companhia não tivesse corrigido com a reapresentação de cada uma das linhas afetadas nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024 o valor apresentado na rubrica de "investimento de curto prazo" seria de R\$ 452.133 na Controladora e R\$1.145.196 no Consolidado. O efeito nas demonstrações do fluxo de caixa seria de R\$ 402.621 nas atividades operacionais.
Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$ 868.280 na Controladora e R\$ 1.435.483 no Consolidado, com efeito de R\$ 1.622.291 nas atividades operacionais.
Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 629.081 na Controladora e R\$ 968.263 no Consolidado, da rubrica de "investimento de curto prazo" para "caixa e equivalentes de caixa". Adicionalmente, houve uma redução nas atividades operacionais de R\$ 467.220, conforme demonstrado a seguir:

Notas	31/12/2023					
	Controladora			Consolidado		
	Original-mente apre-sentado	Investimentos de curto prazo	Saldo reapre-sentado	Original-mente apre-sentado	Investimentos de curto prazo	Saldo reapre-sentado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3	169.392	629.081	798.473	227.692	968.263
Investimentos de curto prazo	3	629.081	(629.081)	–	968.263	(968.263)
Contas a receber de clientes	4	277.500	–	277.500		



Auren Operações S.A.
CNPJ: 00.194.724/0001-13

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2024**

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023					
	Controladora			Consolidado		
	Original-mente apre-sentado	Investimentos de curto prazo	Saldo reapre-sentado	2023	Investimentos de curto prazo	2023
Contas a receber de clientes	(55.162)	-	(55.162)	(30.765)	-	(30.765)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	38.355	(153)	38.202	41.172	2.421	43.593
Outros ativos	17.749	-	17.749	20.487	-	20.487
Fornecedores	27.782	-	27.782	34.133	-	34.133
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.046	-	16.046	75.083	-	75.083
Conta de ressarcimento	-	-	-	35.418	-	35.418
Outras obrigações	(141.562)	-	(141.562)	(135.147)	-	(135.147)
Total	610.465	128.823	739.288	1.304.765	180.442	1.485.207
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	15 e 27	(413.668)	-	(413.668)	(445.152)	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	16	(848)	-	(848)	(10.198)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(43.478)	-	(43.478)	(49.740)	-	(49.740)
Pagamento de obrigações com entidade de providência privada	17	(8.041)	-	(8.041)	(8.041)	-
Pagamento de processos judiciais e outros	18	(1.069)	-	(1.069)	(1.069)	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	122.442	(122.442)	-	183.661	(183.661)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	245.580	(245.580)	-	464.001	(464.001)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	511.383	(239.199)	272.184	1.438.227	(467.220)	971.007
Atividades de investimentos:						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(78.347)	-	(78.347)	(273.109)	-
(Aumento) redução de capital em controladas, controladas em conjunto e coligadas	10	200.162	-	200.162	(7.255)	-
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	(6.114)	-	(6.114)	(6.114)	-	(6.114)
Caixa desconsolidado de controladas (Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	7	14.431	-	14.431	4.877	-
Dividendos recebidos	10	103.140	-	103.140	-	-
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos	233.272	-	233.272	(281.633)	-	(281.633)
Atividades de financiamentos:						
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	15	(312)	-	(312)	(431)	-
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	15	(399.051)	-	(399.051)	(475.639)	-
Liquidação de instrumento derivativo	(175.651)	-	(175.651)	(175.651)	-	(175.651)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	30	(4)	-	(4)	(216.955)	-
Redução de capital em controladas	21	-	-	-	(103.216)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	16	(3.346)	-	(3.346)	(6.845)	-
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	7	2.321	-	2.321	13.721	-
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos (Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(576.043)	-	(576.043)	(965.016)	-	(965.016)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	168.612	(239.199)	(70.587)	191.578	(467.220)	(275.642)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	169.392	629.081	798.473	227.692	968.263	1.195.955

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E FUNDO DE LIQUIDEZ

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações compreendem títulos de instituições financeiras, indexadas à taxa de depósito interbancário.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Numerário disponível	846	432	780	33.558	44.858	18.674
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	252.575	798.041	868.280	400.725	1.151.097	1.452.923
Quotas de fundos de investimento (a)	199.558	-	-	744.471	-	-
Total	452.979	798.473	869.060	1.178.754	1.195.955	1.471.597

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Fundo de liquidez - Conta Reserva (i)			
Circulante	-	-	-	6.194
Não circulante	21.470	-	-	418.729
Total	21.470	-	-	424.923

a) Quotas de fundo de investimento

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Operações compromissadas	199.558	-	744.471
Total	199.558	-	744.471	-

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 99,03% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,93% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da Companhia no montante de R\$21.470 e as controladas indiretas, composto pelo Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus, Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas e Complexo Cassino, nos montantes de R\$18.460 R\$9.424, R\$263.720 e R\$111.849 respectivamente. A integridade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 99,03% do CDI. Conforme mencionado na nota 7, após a transação de combinação de negócios, a Companhia avaliou a classificação contábil do montante referente às Garantias de financiamento para a rubrica Fundo de Liquidez - Conta Reserva.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A Companhia e suas controladas avaliam seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinadas na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

Para a posição do contas a receber do mercado varejista, a controlada direta Tietê Integra avalia mensalmente a PECLD por entender que, dado à natureza de sua carteira e condições estabelecidas nos contratos, está mais exposta à riscos. Para o cálculo, são considerados a base individual por cliente, o rating individual do cliente e a existência de garantias financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou PECLD com base na expectativa de perdas esperadas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber no montante de R\$613.

Em relação aos demais saldos de contas a receber, a Companhia concluiu que não há expectativa de perda dos valores vencidos ou do saldo a vencer.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Controladora						
	Saldos vencidos					2024	2023
	Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	PECLD (i)		
CIRCULANTE							
Contratos bilaterais	204.230	2.581	1	128	-	206.940	
Mercado de Curto Prazo	56.071	-	-	-	-	56.071	
Partes relacionadas (nota 29)	28.228	4.970	4.005	-	1.310	38.513	
Total	288.529	7.551	4.006	128	1.310	301.524	

	Consolidado						
	Saldos vencidos					2024	2023
	Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	PECLD (i)		
CIRCULANTE							
Contratos bilaterais	215.255	8.284	341	184	413	(613)	
Mercado de Curto Prazo	59.272	363	99	-	-	223.864	
Contratos de energia eólicos	70.034	1.209	664	285	-	59.734	
Contratos de energia solares	17.631	-	-	-	-	205.560%	
Partes relacionadas (nota 29)	20.676	-	-	-	-	31.656	
Total	382.868	9.856	1.104	469	413	(613)	

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo.

Conforme descrito na nota explicativa nº 30.2, nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito, (ii) cálculo do rating e (iii) exigência de garantias.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGP-M (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto de renda e contribuição social devidos são devidamente apurados e compensados com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
Imposto de renda	64.916	49.182	74.166	56.525
Contribuição social (i)	8.284	2.607	14.867	4.665
Imposto de renda retido na fonte	2.228	3.632	12.672	11.669
Total	75.428	55.421	101.705	72.859
Outros tributos a recuperar				

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS	-	-	276	848
ICMS	1.094	1.568	1.723	2.044
INSS	19	19	210	197
Outros	68	68	316	259
Total	1.181	1.655	2.525	3.348

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
Imposto de renda (i)	-	-	20.868	8.846
Contribuição social	-	-	3.344	186
Total	-	-	24.212	9.032
Total	76.609	57.076	128.442	85.239

(i) A variação é decorrente, principalmente, das apurações e retificações das obrigações acessórias do exercício de 2021 dos Complexos Mandacaru e Salinas e Santos. No consolidado, o efeito do crédito gerado pela retificação foi de R\$48.172, sendo R\$37.740 registrados como contrapartida na rubrica de Intangível, e R\$10.432 registrados como atualização de créditos tributários, no resultado financeiro.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeram uma revisão.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos, desde que sejam relacionados à mesma entidade jurídica e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente. Estes tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado				
	Notas	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:									
Tributos ativos:									
Prejuízo fiscal e base negativa	535.615	529.737	5.878	(6.621)	538.561	532.795	5.766	(6.572)	
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.947	6.798	(2.851)	410	3.947	6.798	(2.851)	386	
Provisão para processos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	18	19.429	23.344	(4.005)	(7.140)	19.429	23.344	(4.005)	
Provisão de benefício a empregados	6.143	5.754	389	1.195	6.143	5.754	389	1.195	
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	-	-	2.027	2.027	-	-	
Créditos fiscais de ágios incorporados	6	48.476	54.335	(5.859)	(11.785)	48.476	54.335	(5.859)	
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	12.876	12.148	728	1.489	13.135	12.419	716	1.734	
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	31.509	28.170	-	-	31.509	28.170	-	-	
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	3.200	29.608	-	-	3.200	29.608	-	-	
Ressarcimento de energia	8	-	-	-	-	18.916	12.954	5.962	
Variação cambial não realizada	326	794	(468)	224	326	794	(468)	225	
Outros	1.636	2.190	(554)	(1.146)	1.676	2.190	(514)	(1.149)	
Tributos passivos:									
Ativo imobilizado - custo atribuído	(215.421)	(241.266)	25.845	26.365	(215.421)	(241.266)	25.845	26.365	
Ativo intangível - uso do bem público	12	(5.389)	(6.100)	711	(5.389)	(6.100)	711	711	
Atualização de cauções e depósitos vinculados	18	(65)	(129)	64	1.165	(65)	(129)	64	
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(17.786)	(19.335)	1.549	1.340	(17.786)	(19.335)	1.549	1.340	
Variação Cambial Ativa Não Realizada	(233)	(231)	(2)	145	(233)	(231)	(2)	145	
Ativo intangível - GSF	12	(219.205)	(247.947)	28.742	28.741	(219.205)	(247.947)	28.742	
Juros Capitalizados	(66.036)	(68.509)	2.473	(16.558)					



Auren Operações S.A.

CNPJ: 00.194.724/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora e Consolidado				
2024			2023	
Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido	
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(242.325)	159.935	(82.390)	(75.812)
Subtotal	77.239	(50.977)	26.262	32.840
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(756.899)	510.375	(246.524)	(247.750)
Subtotal	51.405	(31.189)	20.216	18.990
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(76.543)	50.518	(26.025)	(25.518)
Subtotal	5.877	(3.879)	1.998	2.505
Total	134.521	(86.045)	48.476	54.335

A movimentação dos créditos fiscaís do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos créditos fiscaís do ágio	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.120
Amortização	(35.127)
Reversão	23.342
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.335
Amortização	(32.466)
Reversão	26.607
Saldos em 31 de dezembro de 2024	48.476

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$5.859 até 31 de dezembro de 2024 (R\$2.513 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia atualiza o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos. A capitalização ocorre de acordo com as seguintes regras: (i) o saldo disponível para capitalização, nos termos da Instrução CVM nº 78/2022, for igual ou superior a R\$50.000 ou (ii) tenham se passado três anos da última capitalização, o que ocorrer primeiro. A instrução CVM nº 78/2022 prevê que a amortização do ágio traga impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal devem ocorrer no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais	955	19.896	956	30.302
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1	1.078	985	1.001
Garantias de financiamento	-	-	-	3.955
Subtotal	2.033	20.881	2.050	35.258
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento	-	20.399	-	341.897
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1	3.294	2.888	6.960
Subtotal	3.284	23.287	6.960	347.842
Total	5.327	44.168	9.010	383.100

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	55.311	361.908
Adições	56.065	252.470
Atualização monetária	5.609	39.790
Baixas e resgates	(72.817)	(271.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.168	383.100
Adições (i)	36.068	261.933
Atualização monetária (nota 28)	3.620	36.764
Baixas e resgates (ii)	(57.059)	(247.864)
Transferências (iii)	(21.470)	(424.923)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.327	9.010

(i) No consolidado, as adições no montante de R\$ 261.933, são compostas, majoritariamente, por: (a) ingressos decorrentes de garantias previstas em cláusulas contratuais para emissão de financiamentos e debêntures, no montante de R\$ 259.762; e (b) valores depositados judicialmente no montante de R\$2.171.

(ii) No consolidado, os resgates, no montante de R\$ 247.864, referem-se a: (a) resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures e pagamento de principal e juros de financiamento no montante de R\$216.519; (b) R\$1.425 de depósitos judiciais; e (c) R\$29.920 de garantias contratuais.

(iii) A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, avaliou a classificação contábil do montante referente às Garantias de financiamento e buscando simplificar e melhorar a apresentação, as transferiu para a rubrica Fundo de Liquidez - Conta Reserva apresentadas na nota explicativa 3.

8. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2009, LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LER 2011 (A-3), LFA e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LER 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LER 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009, LER 2010, LFA e LER 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010, LER 2009 e para os parques do LER 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009 e LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LER 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LER 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009 e LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017, LER 2011 em dezembro de 2019 e o segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014), Complexo Solar Boa Hora (LER 2015) e Complexo Solar AGV (LER 2017), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A movimentação do ressarcimento ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.231	(488.529)
Adição/reversão (i)	249	(155.000)
Amortização	(6.001)	127.241
Atualização monetária	-	(11.267)
Ressarcimento contratual (ii)	11.798	-
Amortização do ressarcimento contratual	(13.705)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.572	(527.555)
Adição/reversão (i)	699	(128.402)
Amortização	-	(5.281)
Atualização monetária	-	(10.072)
Ressarcimento contratual (ii)	5.119	-
Amortização do ressarcimento contratual	(14.149)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.241	(671.310)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no exercício, principalmente em função da baixa velocidade do vento e pelo Curtailment, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, que impactou a geração dos parques.

(ii) refere-se à compensação por perda de margem operacional atrelado ao contrato de manutenção do parque eólico Ventus, que obedece a regras similares às regras do Órgão Regulador.

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de projetos	Ajuste investimento intangível	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização e da mais-valia na combinação de negócios	Dividendos de controladas	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Guaimbê Solar Holding	1.644.395	40.261	-	95	(3.200)	-	(12.234)	(48.687)	1.620.630
Tietê Integra	10.311	780	1.080	-	-	-	-	-	12.171
Boa Hora 1	103.198	12.045	-	-	-	-	(1.097)	-	114.146
Boa Hora 2	99.040	13.181	-	-	-	-	(1.098)	-	111.123
Boa Hora 3	130.045	11.810	-	-	-	-	(1.098)	-	140.757
AGV Solar VII	111.128	15.407	38.935	-	-	-	-	(21)	165.449
Auren Tucano Holding I	1.285.708	(126.268)	237.680	(2.211)	(6.071)	-	-	(310)	1.388.528
REB Empreendimentos e Administradora de Bens	159.253	31.021	1.855	-	-	-	(3.935)	-	188.194
MS Participações Societárias	570.099	74.737	34.755	-	(348)	(27.684)	(22.418)	(851)	628.290
Santos Energia Participações	108.897	4.069	35.565	-	-	(10.056)	(1.834)	-	136.641
Total	4.222.074	77.043	349.870	(2.116)	(9.619)	(37.740)	(43.714)	(49.869)	4.505.929

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Redução de capital	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de projetos	Cessão de investimento	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização e da mais-valia na combinação de negócios	Dividendos de controladas	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Guaimbê Holding	1.999.564	66.197	-	(337.690)	95	1.033	-	(12.240)	(72.564)	1.644.395
Tietê Integra	9.738	(427)	1.000	-	-	-	-	-	-	10.311
Boa Hora 1	107.923	12.061	-	(6.191)	-	-	-	(1.092)	(9.503)	103.198
Boa Hora 2	104.924	14.107	-	(8.102)	-	-	-	(1.092)	(10.797)	99.040
Boa Hora 3	135.938	12.542	-	(8.339)	-	-	-	(1.092)	(9.004)	130.045
AGV Solar VII	-	1.121	114.330	-	(4.323)	-	-	-	-	111.128
Tucano F5	103.180	(2.415)	2.809	-	-	(103.574)	-	-	-	-
Tucano Holding I	1.105.338	65.577	7.255	-	(218)	4.921	103.574	-	(739)	1.285.708
REB Empreendimentos e Administradora de Bens	141.848	16.633	950	-	-	-	-	(178)	-	159.253
MS Participações Societárias	506.012	44.849	41.025	-	348	-	-	(21.602)	(533)	570.099
Santos Energia Participações	126.791	(8.849)	22.675	(29.884)	-	-	-	(1.836)	-	108.897
Total	4.341.256	221.396	190.044	(390.206)	(4.446)	6.302	-	(39.132)	(103.140)	4.222.074

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas e Coligadas	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido atribuído ao controlador ajustado (I)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído ao controlador ajustado (I)
Controladas							
Guaimbê Solar Holding (ii)	1.867.705.317	77 %	1.811.022	2.416.704	1.411.989	163.282	40.261
Tietê Integra	16.380.845	100 %	16.101	12.172	12.172	780	780
Boa Hora 1	7.543.630.927	100 %	69.245	93.909	97.104	12.225	12.045
Boa Hora 2	7.275.048.735	100 %	64.649	90.983	94.178	13.361	13.181
Boa Hora 3	10.472.004.903	100 %	96.381	120.488	123.685	11.990	11.810
AGV Solar VII	145.930.900	100 %	153.271	151.705	165.449	1.661	15.407
REB Empreendimentos e Administradora de Bens	452.751.440	100 %	118.784	143.958	143.958	31.021	31.021
MS Participações Societárias	1.826.562.805	100 %	254.073	418.283	422.028	74.737	74.737
Santos Energia Participações	276.552.908	100 %	200.869	110.078	104.803	4.069	4.069
Subtotal Controladas				3.558.280	2.575.366	313.126	203.311
Coligadas							
Auren Tucano Holding I	1.164.739.496	44 %	1.185.057	2.512.392	1.357.298	(139.036)	(126.268)
Total Controladas e Coligadas				6.070.672	3.932.664	174.090	77.043

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares

Os eventos de Constrained-off ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para redução de geração devido às limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reaparações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off. Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reaparações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

Do saldo total de R\$671.310 do passivo de ressarcimento, R\$497.402 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos contabilizados referentes ao *Constrained-off* no passivo de ressarcimento correspondem a R\$497.402, sendo R\$215.316 para o LER 2009, R\$41.112 para o LER 2010, R\$ 30.460 para o LFA e R\$210.514 para o LER 2011. As provisões são efetuadas com base nas posições regulatórias vigentes.

9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Almoarifado (i)		12.215	11.252	63.450
Restituição do prêmio de seguros (ii)		17.747	-	46.582
Despesas pagas antecipadamente	25.755	11.331	36.993	16.205
Adiantamento a fornecedores	47	72	11.922	10.278



Auren Operações S.A.

CNPJ: 00.194.724/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso" (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em "Valor do patrimônio líquido ajustado" e "Lucro (prejuízo) líquido ajustado".

(ii) Para determinação do valor da equivalência patrimonial, há distinção entre a participação no capital e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendo. Desta forma, a Companhia reconhece a equivalência patrimonial do investimento pelo seu percentual de participação nos lucros e ativos líquidos da investida pelo percentual de dividendos.

Joint Venture e Coligada

Em 31 de dezembro de 2024, as informações contábeis da Coligada Tucano Holding I estão apresentadas abaixo.

As informações relativas a Joint Venture Tucano Holding III estão apresentadas no investimento da coligada Tucano Holding I.

Tucano Holding I Consolidado

Balanco Patrimonial	
Ativo circulante	500.825
Ativo não circulante	6.262.881
Passivo circulante	439.924
Passivo não circulante	3.657.030
Patrimônio líquido	2.512.392
Participação de acionistas não controladores	154.360
Demonstração de Resultado	
Resultado operacional	116.386
Resultado financeiro	(410.549)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.140)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(27.809)
Prejuízo do exercício	(329.112)
Percentual de participação	44%
Quantidade de quotas/ações do capital social	1.164.739.496

A movimentação de investimentos, consolidado, da joint venture e coligada é como segue:

Movimentação Joint Venture e Coligada	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.098.047
Equivalência patrimonial Tucano Holding I	15.856
JOA Tucano Holding I	49.720
Aporte Tucano Holding I	7.255
Aporte Tucano Holding I - cessão Tucano F5	71.530
Capitalização de projetos Tucano Holding I	4.921
Outros resultados abrangentes Tucano Holding I	(218)
Dividendos destinados referente exercício de 2022	(739)
Direito contratual - Tucano F5	31.227
JOA Tucano F5	1.148
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.278.747
Equivalência patrimonial Tucano Holding I	(135.895)
Juros capitalizados Tucano Holding I	12.768
Aporte Tucano Holding I	237.680
Capitalização de projetos Tucano Holding I	(6.071)
Outros resultados abrangentes Tucano Holding I	(2.211)
Dividendos destinados referente exercício de 2023	(310)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.384.708

11. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Consequentemente, os valores residuais dos ativos hídricos do imobilizado da Companhia resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da Administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído ("deemed cost") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado e calculada de forma linear, que na avaliação da Administração, é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, com exceção às placas solares. Durante o exercício, a Companhia reavaliou a vida útil dos painéis solares e concluiu que estes ativos são capazes de atingir uma vida útil de 40 anos, de acordo com o desempenho operacional e as premissas de custo de operação e manutenção empregados.

A Companhia e suas controladas acompanham e revisam pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os valores dos juros capitalizados às contas do ativo imobilizado durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentados nas notas explicativas nº 14 e 32.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de sede administrativa e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de sede administrativa e terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 9 e 30 anos e depreciados a uma taxa média de 10,90% a 23,53% e de 3,20% a 7,14%, respectivamente. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora				
	2024			2023
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	–	411.781	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,21%	2.970.176	(2.418.258)	551.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,44%	688.250	(561.885)	126.365
Máquinas e equipamentos	3,78%	2.306.359	(1.264.181)	1.042.178
Veículos	13,97%	11.237	(7.952)	3.285
Móveis e utensílios e outros	6,25%	7.308	(5.623)	1.685
Imobilizado em serviço		6.395.111	(4.257.899)	2.137.212
Imóveis destinados a uso futuro		578	–	578
Imobilizado em curso		160.849	–	160.849
Bens vinculados às concessões e autorizações		6.556.538	(4.257.899)	2.298.639
Direito de uso de sede administrativa	20,00%	5.562	(5.562)	–
Total Imobilizado		6.562.100	(4.263.461)	2.298.639

Consolidado				
	2024			2023
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	0,00%	411.781	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,21%	2.970.175	(2.418.258)	551.917
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,77%	1.017.038	(621.614)	395.424
Máquinas e equipamentos	3,93%	6.681.281	(2.421.199)	4.260.082
Veículos	13,39%	17.736	(10.232)	7.504
Móveis e utensílios e outros	6,29%	11.212	(7.749)	3.463
Imobilizado em serviço		11.109.223	(5.479.052)	5.630.171
Imóveis destinados a uso futuro		578	–	578
Imobilizado em curso (i)		446.726	–	446.726
Bens vinculados às concessões e autorizações		11.556.527	(5.479.052)	6.077.475
Direito de uso de sede administrativa	de 10,90% a 23,53%	5.562	(5.562)	–
Direito de uso de terreno arrendado	de 3,20% a 7,14%	80.969	(14.770)	66.199
Total Imobilizado		11.643.058	(5.493.384)	6.143.674

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajúnia, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores, além de gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Controladora							
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remen-suração	Baixas	Transferências e reclassificações (I)	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Terrenos	411.781	–	–	–	–	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.945.326	–	–	–	24.850	–	2.970.176
Edificações, obras civis e benfeitorias	682.369	–	–	–	5.881	–	688.250
Máquinas e equipamentos	2.221.537	–	–	–	84.822	–	2.306.359
Veículos	11.237	–	–	–	–	–	11.237
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.308	–	–	–	–	–	7.308
Imóveis destinados a uso futuro	578	–	–	–	–	–	578
Em curso	202.129	68.376	–	–	(121.115)	11.459	160.849
Direito de uso de sede administrativa	12.781	–	(7.219)	–	–	–	5.562
Subtotal	6.495.046	68.376	(7.219)	–	(5.562)	11.459	6.562.100
Depreciação/Amortização	(4.098.186)	–	2.871	–	25	–	(4.263.461)
Total líquido	2.396.860	(99.795)	(4.348)	–	(5.537)	11.459	2.298.639

(i) Refere-se à reclassificação para outros intangíveis (nota 12) no montante de R\$5.537

Controladora							
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remen-suração	Baixas	Transferências e reclassificações	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Terrenos	411.781	–	–	–	–	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.943.638	–	–	–	1.688	–	2.945.326
Edificações, obras civis e benfeitorias	678.393	–	–	–	3.976	–	682.369
Máquinas e equipamentos	2.210.270	–	–	(4.068)	15.335	–	2.221.537
Veículos	9.376	–	–	–	1.861	–	11.237
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.256	–	–	–	52	–	7.308

Controladora							
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remen-suração	Baixas	Transferências e reclassificações	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	(1.521)	–	578
Em curso	145.040	54.281	–	–	(19.964)	22.772	202.129
Direito de uso de sede administrativa	12.978	–	(197)	–	–	–	12.781
Subtotal	6.420.831	54.281	(197)	(4.068)	1.427	22.772	6.495.046
Depreciação/Amortização	(3.931.493)	(167.933)	–	1.240	–	–	(4.098.186)
Total líquido	2.489.338	(113.652)	(197)	(2.828)	1.427	22.772	2.396.860

Consolidado								
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remen-suração	Provisão para desmo-bilização	Baixas	Transferências e reclassificações (I)	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Terrenos	414.284	–	–	–	–	(2.503)	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.945.326	–	–	–	–	24.849	–	2.970.175
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.008.004	–	–	–	–	9.034	–	1.017.038
Máquinas e equipamentos	6.396.387	–	–	743	(4.248)	288.399	–	6.681.281
Veículos	16.965	–	–	–	–	771	–	17.736
Móveis e utensílios e outros	9.148	–	–	–	–	2.064	–	11.212
Imóveis destinados a uso futuro	578	–	–	–	–	–	–	578
Imobilizado em curso	552.851	197.370	–	–	–	(328.878)	25.383	446.726
Direito de uso de sede administrativa	12.781	–	(7.219)	–	–	–	–	5.562
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	114.707	–	(33.738)	–	–	–	–	80.969
Subtotal	11.471.031	197.370	(40.957)	743	(4.248)	(6.264)	25.383	11.643.058
Depreciação/Amortização	(5.122.101)	(389.581)	15.541	–	–	1.668	(4.911)	(5.499.384)
Total líquido	6.348.930	(192.211)	(25.416)	743	(2.500)	(11.175)	25.383	6.143.674

(i) RS11.175 refere-se às reclassificações para intangível (nota 12) e estoques.

(ii) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Consolidado									
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Efeito desconsolidação Tucano F5	Adições	Remen-suração	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transfe-rências e reclas-sificações	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Terrenos	414.284	–	–	–	–	–	–	–	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.943.639	–	–	–	–	–	1.687	–	2.945.326
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.069.182	–	–	–	–	–	(61.178)	–	1.008.004
Máquinas e equipamentos	6.305.543	(68.799)	(98.901)	1.810	(15.421)	272.155	–	–	6.396.387
Veículos	14.232	–	–	–	–	–	2.733	–	16.965
Móveis e utensílios e outros	8.752	–	–	–	–	(28)	424	–	9.148
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	(1.521)	–	578
Imobilizado em curso	413.209	(14.293)	318.485	–	–	–	(995)	(186.327)	552.851
Direito de uso de sede administrativa	12.978	–	–	(197)	–	–	–	–	12.781
Direito de uso de terreno arrendado	119.835	–	–	(5.128)	–	–	–	–	80.969
Subtotal	11.303.753	(83.092)	318.485	(104.226)	1.810	(16.444)	27.973	22.772	11.471.031
Depreciação/Amortização	(4.763.892)	4.878	(377.761)	17.269	(3.751)	1.156	–	–	(5.122.101)
Total líquido	6.539.861	(78.214)	(59.276)	(86.957)	(1.941)	(15			



Auren Operações S.A.
CNPJ: 00.194.724/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		
							Em curso	Em serviço	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	813.789	20.031	273.173	33.966	15.591	31.227	47.350	13.166	1.248.293
Adições	-	-	-	-	-	-	3.517	-	3.517
Efeito de desconsolidação de Tucano F5	-	-	-	-	-	(31.227)	(2.582)	-	(33.809)
Amortizações	(84.534)	(2.090)	(32.188)	(2.754)	(643)	-	-	(9.095)	(131.304)
Transferências e reclassificações	-	-	-	-	-	-	(21.299)	26.929	5.630
Saldos em 31 de dezembro de 2023	729.255	17.941	240.985	31.212	14.948	-	26.986	31.000	1.092.327
Adições	-	-	-	-	-	-	1.360	-	1.360
Efeito de aquisições (i)	-	-	(37.740)	-	-	-	-	-	(37.740)
Transferências (ii)	-	-	7.208	-	-	-	(27.259)	35.359	15.308
Amortizações	(84.533)	(2.090)	(21.922)	(3.248)	(1.415)	-	-	(13.888)	(127.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	644.722	15.851	188.531	27.964	13.533	-	1.087	52.471	944.159

(i) A variação de R\$37.740 é referente às apurações e retificações das obrigações acessórias descritas na nota 5.
(ii) Refere-se a movimentação de transferência do imobilizado.

13. FORNECEDORES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE					
Energia elétrica comprada para revenda		58.671	49.322	66.248	49.669
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas	29	63.964	43.239	63.536	43.239
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		13.857	13.987	17.946	17.931
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		5.607	5.612	5.608	5.612
Subtotal		142.099	112.160	153.338	116.451
Materiais e Serviços		59.575	43.444	110.897	91.103
Materiais e Serviços - partes relacionadas	29	15	3.735	15	3.199
Total		201.689	159.339	264.250	210.753

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 39 cartas de fiança, no valor total de R\$67.228 e 14 seguros garantia, no valor de R\$4.773, totalizando uma importância segurada de R\$72.001 (47 cartas de fiança, no valor total de R\$45.120 e 21 seguros garantia, no valor de R\$53.867, totalizando uma importância segurada de R\$98.987 em 31 de dezembro de 2023), com custo de 0,22% a 1,30% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Controladora								
	2024								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total			
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
8ª Emissão - Auren Operações	25.564	1.243	(1.434)	25.373	158.496	(4.023)	154.473	179.846	
9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	-	46.620	(1.327)	45.293	1.380.000	(949)	1.379.051	1.424.344	
9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	-	11.773	(5.466)	6.307	876.517	(14.059)	862.458	868.765	
9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	-	9.153	(1.650)	7.503	244.611	(4.250)	240.361	247.864	
10ª Emissão - Auren Operações	-	4.641	(916)	3.725	750.000	(2.196)	747.804	751.529	
11ª Emissão - Auren Operações	-	28.444	(1.473)	26.971	618.552	(18.049)	600.503	627.474	
Subtotal	25.564	101.874	(12.266)	115.172	4.028.176	(43.526)	3.984.650	4.099.822	
Empréstimos									
BNDES - Auren Operações	27.294	452	(160)	27.586	104.627	(613)	104.014	131.600	
Outros	27.227	-	-	27.227	-	-	-	27.227	
Subtotal	54.521	452	(160)	54.813	104.627	(613)	104.014	158.827	
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020)	359.530	16	-	359.546	-	-	-	359.546	
Scotiabank 4131 (2021)	641.689	3.889	-	645.578	213.896	-	213.896	859.474	
Subtotal	1.001.219	3.905	-	1.005.124	213.896	-	213.896	1.219.020	
Total da dívida	1.081.304	106.231	(12.426)	1.175.109	4.346.699	(44.139)	4.302.560	5.477.669	

	Controladora								
	2023								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total			
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
6ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	221.950	2.968	(593)	224.325	-	-	-	224.325	
8ª Emissão - Auren Operações	22.976	1.386	(1.275)	23.087	175.450	(4.533)	170.917	194.004	
9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	-	49.993	(505)	49.488	1.380.000	(934)	1.379.066	1.428.554	
9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	-	10.913	(3.592)	7.321	835.513	(14.437)	821.076	828.397	
9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	-	8.592	(1.008)	7.584	233.168	(4.050)	229.118	236.702	
10ª Emissão - Auren Operações	-	4.507	(595)	3.912	750.000	(2.344)	747.656	751.568	
Subtotal	244.926	78.359	(7.568)	315.717	3.374.131	(26.298)	3.347.833	3.663.550	
Empréstimos e Financiamentos									
BNDES - Auren Operações	27.007	576	(70)	27.513	130.532	(338)	130.194	157.707	
Outros	29.662	-	-	29.662	16.685	-	16.685	46.347	
Subtotal	56.669	576	(70)	57.175	147.217	(338)	146.879	204.054	
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020)	281.088	27	-	281.115	281.088	-	281.088	562.203	
Scotiabank 4131 (2021)	-	3.597	-	3.597	668.225	-	668.225	671.822	
Subtotal	281.088	3.624	-	284.712	949.313	-	949.313	1.234.025	
Total da dívida	582.683	82.559	(7.638)	657.604	4.470.661	(26.636)	4.444.025	5.101.629	

	Consolidado								
	2024								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
8ª Emissão - Auren Operações	25.564	1.243	(1.434)	25.373	158.496	-	(4.023)	154.473	179.846
9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	-	46.620	(1.327)	45.293	1.380.000	-	(949)	1.379.051	1.424.344
9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	-	11.773	(5.466)	6.307	876.517	-	(14.059)	862.458	868.765
9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	-	9.153	(1.650)	7.503	244.611	-	(4.250)	240.361	247.864
10ª Emissão - Auren Operações	-	4.641	(916)	3.725	750.000	-	(2.196)	747.804	751.529
11ª Emissão - Auren Operações	-	28.444	(1.473)	26.971	618.552	-	(18.049)	600.503	627.474
1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	9.411	27	(310)	9.128	-	-	-	9.128	
1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	13.463	41	(285)	13.219	-	-	-	13.219	
Subtotal	48.438	101.942	(12.861)	137.519	4.028.176	-	(43.526)	3.984.650	4.122.169
Empréstimos e Financiamentos									
BNDES - Auren Operações	27.294	452	(160)	27.586	104.627	-	(613)	104.014	131.600
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	13.965	402	(1.834)	12.533	104.675	1.197	(9.719)	96.153	108.686
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.482	403	(1.429)	20.456	100.613	-	(6.549)	94.064	114.520
BNDES - Complexo Cassino	16.481	355	(817)	16.019	92.022	-	(4.560)	87.462	103.481
Outros	27.227	-	-	27.227	-	-	-	27.227	
Subtotal	106.449	1.612	(4.240)	103.821	401.937	1.197	(21.441)	381.693	485.514
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020)	359.530	16	-	359.546	-	-	-	359.546	
Scotiabank 4131 (2021)	641.689	3.889	-	645.578	213.896	-	213.896	859.474	
Subtotal	1.001.219	3.905	-	1.005.124	213.896	-	213.896	1.219.020	
Total da dívida	1.156.106	107.459	(17.101)	1.246.464	4.644.009	1.197	(64.967)	4.580.239	5.826.703

	Consolidado								
	2023								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
6ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	221.950	2.968	(593)	224.325	-	-	-	224.325	
8ª Emissão - Auren Operações	22.976	1.386	(1.275)	23.087	175.450	(4.533)	170.917	194.004	
9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	-	49.993	(505)	49.488	1.380.000	(934)	1.379.066	1.428.554	
9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	-	10.913	(3.592)	7.321	835.513	(14.437)	821.076	828.397	
9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	-	8.592	(1.008)	7.584	233.168	(4.050)	229.118	236.702	
10ª Emissão - Auren Operações	-	4.507	(595)	3.912	750.000	(2.344)	747.656	751.568	
1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	7.689	43	(254)	7.478	8.971	(254)	8.717	16.195	
1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	18.086	84	(242)	17.928	12.833	(74)	12.759	30.687	
Subtotal	270.701	78.486	(8.064)	341.123	3.395.935	(26.626)	3.369.309	3.710.432	
Empréstimos e Financiamentos									
BNDES - Auren Operações	27.007	576	(70)	27.513	130.532	(338)	130.194	157.707	
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.114	1.751	(1.553)	12.312	118.640	(9.808)	108.832	121.144	
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.302	501	(1.429)	20.374	121.069	(7.978)	113.091	133.465	
BNDES - Complexo Cassino	16.072	433	(817)	15.688	107.862	(5.377)	102.485	118.173	
Outros	29.662	-	-	29.662	16.685	-	16.685	46.347	
Subtotal									



Auren Operações S.A.
CNPJ: 00.194.724/0001-13

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2024**

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Encargos financeiros	348.885	12.135	24.251	385.271	352.058	35.322	24.251	411.631
Variação cambial	-	-	344.465	344.465	-	-	344.465	344.465
Variação monetária	84.441	6.127	-	90.568	86.438	8.191	-	94.629
Pagamento de principal	(243.365)	(50.443)	(359.925)	(653.733)	(268.961)	(99.869)	(359.925)	(728.755)
Pagamento de encargos financeiros	(331.763)	(12.681)	(23.796)	(368.240)	(336.268)	(36.655)	(23.797)	(396.720)
Diferimento dos custos de transação (i)	(30.909)	(465)	-	(31.374)	(31.017)	(2.304)	-	(33.321)
Amortização dos custos de transação	8.983	100	-	9.083	9.487	3.993	-	13.480
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.099.822	158.827	1.219.020	5.477.669	4.122.169	485.514	1.219.020	5.826.703

15.3 As características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	Maio de 2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	179.846	Maio de 2030	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,2x	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Controladora	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	-	-	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.424.344	Março de 2026	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
Controladora	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	2.200.000	Março de 2019	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	868.765	Março de 2027	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbé e AGV
Controladora	9ª Emissão Debêntures (3ª série)	-	-	IPCA + 4,71%	Anual	Anual	247.864	Março de 2028	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbé e AGV
Controladora	10ª Emissão - AES Operações	750.000	Dezembro de 2022	CDI + 1,50%	Semestral	Parcela única no vencimento	751.529	Dezembro de 2027	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x	Reforço de capital de giro
Controladora	Scotiabank 4131 (1ª série)	600 USD 116.122	Dezembro de 2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	359.546	Dezembro de 2025	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Reforço de capital de giro
Controladora	Scotiabank 4131 (2ª série)	800 USD 138.169	Março de 2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	859.474	Março de 2026	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Reforço de capital de giro
Controladora	BNDES	385.177	Outubro de 2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	131.600	Outubro de 2029	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x, calculado ao final de cada exercício social	Financiamento dos parques do Complexo Ventus
Auren Tietê Eólica	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	146.000	Dezembro de 2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) e IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	9.128 13.219	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	BNDES (SM e Santos)	275.800	Julho de 2013 (MS) e Abril de 2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) e TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	114.520	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) e Dezembro de 2030 (Santos)	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	BNB (SM)	198.500	Maio de 2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	108.686	Maio de 2030, 2031 e 2033	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
Controladora	Outros	50.000	Setembro de 2022	IPCA	Mensal (a partir de setembro de 2023)	Mensal (a partir de setembro de 2023)	27.227	Setembro de 2025	N/A	Reforço de caixa e liquidez
Complexos Eólico Cassino	BNDES (Cassino)	219.291	Dezembro de 2014	TJLP + 2,18%	Mensal	Mensal	103.481	Julho de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Cassino
Controladora	11ª Emissão - Debêntures	600.000	Abril de 2024	IPCA + 6,50%	Março de 2025	Semestral (a partir de setembro de 2025)	627.474	Março de 2038	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x	Reforço de caixa.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	2024	2023	2024		2023		2024		2023	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do exercício)		12,15%	11,65%	2.181.261	39,41	2.184.500	42,53	2.181.261	36,92	2.184.500
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)		4,83%	4,62%	2.001.580	36,17	1.559.263	30,36	2.024.522	34,26	1.606.969
TJLP (índice do último dia útil do exercício)		7,43%	6,55%	132.373	2,39	158.115	3,08	363.729	6,16	425.354
Prefixado		2,55%	2,55%	-	-	-	-	120.239	2,03	132.505
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do exercício)		6,1923	4,8413	1.219.020	22,03	1.234.025	24,03	1.219.020	20,63	1.234.026
Total					5.534.234	100,00	5.135.903	100,00	5.908.771	100,00

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures, empréstimos e financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora					Consolidado				
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2026	717.755	27.294	213.896	(12.817)	946.128	717.755	79.873	213.896	(16.897)	994.759
2027	1.842.888	27.294	-	(10.202)	1.859.980	1.842.888	81.977	-	(14.282)	1.910.721
2028	454.583	27.294	-	(6.106)	475.771	454.583	82.648	-	(10.187)	527.191
2029	456.901	22.745	-	(2.859)	476.787	456.901	80.796	-	(6.892)	530.990
2030	85.989	-	-	(1.473)	84.516	85.989	49.118	-	(4.374)	130.868
2031 em diante	470.060	-	-	(10.682)	459.378	470.060	27.525	-	(12.335)	485.710
	4.028.176	104.627	213.896	(44.139)	4.302.560	4.028.176	401.937	213.896	(64.967)	4.580.239

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (217 contratos) com vigência até 2057. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos e de imposto de renda e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada varia de 10,86% a 11,53% a.a.

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.970	124.867
Remensuração (i)	(197)	(4.644)
Encargos financeiros	848	10.198
Pagamento de encargos financeiros	(848)	(10.198)
Pagamento de principal	(3.346)	(6.845)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.427	113.378
Remensuração (i)	(783)	(30.735)
Encargos financeiros	1.113	10.222
Pagamento de encargos financeiros	(705)	(8.762)
Pagamento de principal	(2.784)	(6.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.268	77.580
Circulante	546	1.727
Não circulante	18.722	75.853

(i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2025	546	1.727
Subtotal	546	1.727
NÃO CIRCULANTE		
2026	278	1.591
2027	310	1.769
2028	346	1.841
2029	386	2.021
2030	430	2.248
2031 em diante	16.972	66.383
Subtotal	18.722	75.853
Total	19.268	77.580
Circulante	546	1.727
Não circulante	18.722	75.853

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas AGV, Boa Hora e Tietê Integra totalizando R\$ 19.135 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.714 em 31 de dezembro de 2023) (nota explicativa nº 29). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 11,49% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido uma conta a receber na controladora e uma conta a pagar nas controladas.

17. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest é a principal entidade responsável pela Administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Tietê (Plano de suplementação de aposentadoria e pensão), que trata do fechamento às novas adesões. O novo regulamento teve início de vigência em 1º de junho de 2019. Nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD).

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 867, nova alteração no regulamento do PSAP, que trata do saldamento do plano de benefícios. Esta operação de saldamento resulta na suspensão dos aportes de contribuições no PSAP e, a partir desta data, os aportes serão efetuados no plano CD, criado em 2019.

O objetivo foi mitigar riscos de futuros déficits, buscando maior equilíbrio e controle das obrigações do plano e, ao mesmo tempo, preservar o direito adquirido dos participantes e assistidos, diminuindo também as contribuições para equacionamento de eventuais déficits futuros. Os riscos mitigados foram de aumento da obrigação atuarial em função do acúmulo de tempo de serviço e do crescimento salarial do subplano BD. Os riscos financeiro e de mortalidade continuarão existindo, porém terão um impacto menor sobre o passivo do subplano BD.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria por meio de avaliação atuarial realizada em bases anuais, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas descritas a seguir. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Ao final do exercício de 2024, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: (i) Taxa de desconto: a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido; (ii) Taxa de mortalidade: se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Vivest testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. (iii) Aumento salarial, benefícios e inflação: a hipótese de crescimento salarial é definida pela Companhia, de acordo com sua política de remuneração, para refletir a expectativa de crescimento salarial real para os próximos anos. Os reajustes de benefícios são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, que é o indexador do plano. Em relação à taxa de inflação, foi determinado

3,5% com base nas taxas projetadas para os próximos 10 anos. (iv) A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Vivest). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Em 31 de dezembro de 2024, a Vivest indicou um déficit no plano BD de R\$ 32.052 (R\$ 9.379 em 31 de dezembro de 2023), valor inferior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 21.045 (R\$ 18.722 31 de dezembro de 2023), sendo necessária elaboração de plano de equacionamento de, no mínimo, R\$ 11.007, referente à parcela excedente. O BSPS apresentou déficit técnico pela Vivest de R\$ 44.562 (déficit de R\$ 10.818 em 31 de dezembro de 2023), valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC, que na data base de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 19.667 (R\$ 18.654 em 31 de dezembro de 2023) e necessidade de equacionamento de, no mínimo, R\$ 24.895. O Plano CV fechou o exercício de 2024 deficitário de R\$ 3.489 valor superior ao limite legal de R\$ 2.203, sendo necessário equacionamento de, no mínimo, R\$ 1.286, (em equilíbrio em 31 de dezembro de 2024).

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Resolução CVM nº 110/2022 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os valores estimados são diferentes pois utilizam metodologias e premissas distintas.

17.2 Programa de incentivo à aposentadoria
A Companhia possui Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), previsto em seu acordo coletivo. O aderente ao PIA receberá os seguintes benefícios: (i) indenização variável equivalente a 0,3 do último salário base por ano de trabalho prestado à Companhia, limitado a 10 salários; (ii) 12 meses de auxílio alimentação (VA/VR); e (iii) 18 meses de assistência médica hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes diretos.

17.3 Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego
17.3.1 Ativos e passivos atuariais

	Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais	505.946	594.471
Valor justo dos ativos do plano	(499.434)	(500.722)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	12.473	-
Subtotal passivo registrado com previdência privada	18.985	93.749
Valor presente das obrigações atuariais	8.496	10.258
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria	8.496	10.258
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	27.481	104.007

17.3.2 Movimentações do valor presente das obrigações atuariais

	Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	604.729	605.416
Custo dos serviços correntes	54.927	700
Custo dos juros	54.895	60.160
Benefícios pagos pelo plano	(49.099)	(45.106)
Benefícios pagos pela empresa	(746)	(1.852)
Contribuições dos empregados	419	392
Efeito do limite máximo de reconhecimento do passivo oneroso	12.473	-
Perda atuarial	(96.683)	(14.981)
Valor presente das obrigações atuariais		



Auren Operações S.A.
CNPJ: 00.194.724/0001-13

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2024**

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3.6 Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	87.084	97.283
Perda atuarial gerada pelo efeito da alteração de premissas demográficas e financeiras	(112.512)	43.871
Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica	15.828	(58.851)
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	6.541	4.781
Saldo no final do exercício	(3.059)	87.084

17.3.7 Composição dos investimentos do plano por segmento

	Distribuição dos investimentos			Limite de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	Mensuração do valor justo	2024	2023	
Renda fixa	Nível 2	86,07%	86,01%	até 100%
Renda variável	Nível 2	6,36%	6,98%	até 70%
Empréstimos a participantes	Nível 2	1,15%	1,16%	até 15%
Investimentos estruturados	Nível 2	1,64%	2,75%	até 20%
Investimento no exterior	Nível 2	2,61%	1,33%	até 10%
Imóveis	Nível 3	2,17%	1,24%	até 8%
Outros	-	-	0,54%	-
Total		100,00%	100,00%	

17.3.8 Premissas atuariais utilizadas

	Previdência privada		Incentivo à aposentadoria	
	2024	2023	2024	2023
a) Premissas econômicas:				
a1) Determinação do passivo atuarial:				
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,21%	9,44%	11,15%	9,54%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	N/A	6,09%	6,45%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,50%	3,85%	3,50%	3,85%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,50%	3,85%	3,50%	3,85%
a2) Determinação da despesa atuarial:				
Taxa de desconto nominal	9,44%	10,35%	9,54%	10,40%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	N/A	6,45%	6,58%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,85%	3,98%	3,85%	3,98%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,85%	3,98%	3,85%	3,98%
b) Premissas demográficas:				
Tábuas biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina
Tábuas biométrica de mortalidade (despesa)	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina	AT2000(-10) masculina
Tábuas biométrica de entrada em invalidez	Mercer Disability, suavizada em 50%	Mercer Disability, suavizada em 50%	Mercer Disability, suavizada em 50%	Mercer Disability, suavizada em 50%
Taxa de rotatividade esperada	N/A	N/A	ExpR_2012	ExpR_2012
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	20,45	20,45	20,45	20,45

	PSAP		PIA	
	Taxa de desconto	Taxa de desconto	Taxa de desconto	Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	(23.414)	(1.099)	(212)	221
Total da obrigação de benefício definido	495.005	517.320	8.284	8.717

17.3.9 Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício seguinte

	2025	
Custo dos serviços correntes		663
Custo dos juros		54.953
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano		(53.808)
Total da despesa projetada para o exercício		1.808

17.3.10 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

	PSAP		PIA	
	Taxa de desconto	Taxa de desconto	Taxa de desconto	Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	(23.414)	(1.099)	(212)	221
Total da obrigação de benefício definido	495.005	517.320	8.284	8.717

17.3.11 Outras informações sobre as obrigações atuariais

Em função do saldamento do PSAP/Tietê mencionado na nota explicativa nº 17.1, a patrocinadora não realizou contribuições nesse plano durante o exercício de 2021. A partir de 2021, os aportes estão sendo feitos no plano CD. A média ponderada da duração da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 8,91 anos (10,45 anos em 31 de dezembro de 2023). Para o PIA, a média da obrigação é de 11,14 anos (12,9 anos em 31 de dezembro de 2023). Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

	2024
1 ano	48.372
Entre 2 e 5 anos	204.742
Após 5 anos	289.347
Total de pagamentos esperados do plano	542.461

17.3.12 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros são revisadas, no mínimo, trimestralmente. O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis, nos termos do quadro abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Trabalhista	8.204	4.010	1.621	2.668	8.204	4.010	1.634	2.668
Meio ambiente	20.526	2.472	-	-	20.526	2.472	-	-
Regulatório (i)	-	56.874	-	-	-	56.874	-	-
Fiscal	9.461	7.626	1.078	1.035	11.177	8.880	1.094	1.035
Cível	9.013	-	-	35	9.013	-	-	35
Total	47.204	70.982	2.699	3.738	48.920	72.236	2.728	3.738
Circulante	9.484	7.254	-	-	9.484	7.254	-	-
Não Circulante	37.720	63.728	2.699	3.738	39.436	64.982	2.728	3.738
Total	47.204	70.982			48.920	72.236		

(i) A mudança de prognóstico apresentada pelo assessor legal externo da Companhia está pautada em recente decisão judicial proferida no processo nº 0035970-13.2002.4.01.3400, que trata de tema idêntico àquele discutido nos autos da ação movida pela AES Sul, na qual a Sexta Turma do TRF1 entendeu pelo reconhecimento da legalidade do Despacho ANEEL nº 288/2002. Nesse sentido, a deliberação da gestão jurídica da Auren Energia, lastreada pela nova posição do assessor legal externo da Companhia é pela revisão do prognóstico de perda, passando a classificá-lo como Possível de perda, até que outro fato processual ocorra e indique a necessidade de nova revisão. Os cauções e depósitos vinculados totalizam R\$8.054 em 31 de dezembro de 2024 (R\$6.946 em 31 de dezembro de 2023), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	2024				2023			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	1.634	305	1.358	3.297	2.668	63	148	2.879
Fiscal	1.094	-	-	1.094	1.035	-	-	1.035
Cível	-	37	-	37	35	3	-	38
Imobiliárias	-	3.626	-	3.626	-	2.994	-	2.994
Total	2.728	3.968	1.358	8.054	3.738	3.060	148	6.946

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora						
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.683	2.566	58.910	24.851	5.537	94.547	
Provisão	2.192	-	-	-	-	2.192	
Atualização monetária	(67)	(80)	-	(19.548)	(1.250)	(20.945)	
Reversão de provisão	271	(14)	(2.036)	3.106	158	1.485	
Reversão de atualização monetária	-	-	-	(783)	(4.445)	(5.228)	
Pagamentos	(1.069)	-	-	-	-	(1.069)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.010	2.472	56.874	7.626	-	70.982	
Provisão	4.724	17.786	-	1.506	8.719	32.735	
Reversão de provisão	(911)	(20)	(20.913)	-	-	(21.844)	
Atualização monetária (nota 28)	382	288	2.821	329	294	4.114	
Reversão de atualização monetária (nota 28)	-	-	(38.782)	-	-	(38.782)	
Pagamentos	(1)	-	-	-	-	(1)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.204	20.526	-	9.461	9.013	47.204	

	Consolidado						
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.683	2.566	58.910	25.548	5.741	95.448	
Provisão	2.192	-	-	452	-	2.644	
Atualização monetária	(67)	(80)	-	(19.548)	(1.455)	(21.150)	
Reversão de provisão	271	(14)	(2.036)	3.211	159	1.591	
Reversão de atualização monetária	-	-	-	(783)	(4.445)	(5.228)	
Pagamentos	(1.069)	-	-	-	-	(1.069)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.010	2.472	56.874	8.880	-	72.236	
Provisão	4.724	17.786	-	1.831	8.719	33.060	
Reversão de provisão	(911)	(20)	(20.913)	-	-	(21.844)	
Atualização monetária (nota 28)	382	288	2.821	466	294	4.251	
Reversão de atualização monetária	-	-	(38.782)	-	-	(38.782)	
Pagamentos	(1)	-	-	-	-	(1)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.204	20.526	-	11.177	9.013	48.920	

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Meio ambiente	110	Não determinado	125	Não determinado
Cível	29.532	14.146	33.276	106.391
Regulatório	93.648	46.677	93.648	46.677
Fiscal	1.296.012	1.620.565	1.296.012	1.620.565
Trabalhista	9.171	-	12.667	-
Total	1.428.473	1.681.388	1.435.728	1.773.633

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A Companhia e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

	Controladora					
	2024			2023		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	10	254.922	0,15% a 1,20%	8	209.082	0,15% a 0,60%
Cível	2	57.205	0,18% a 1,00%	2	65.561	0,35% a 1,00%
	12	312.127		10	274.643	

	Consolidado					
	2024			2023		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	13	259.553	0,15% a 1,20%	13	214.088	0,15% a 1,30%
Cível	2	57.205	0,18% a 1,00%	2	65.561	0,35% a 1,00%
	15	316.758		15	279.649	

19. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	11.500	13.631	11.500	13.631
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	6.798	5.296	6.798	5.296
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	597	814	597	814
Ministério de minas e energia	219	407	219	407
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	179	244	179	244
Taxa de fiscalização ANEEL	914	840	1.234	1.135
Total	20.287	21.232	20.607	21.527

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Participação nos lucros e resultados		12.046	19.994	12.102	20.056



Auren Operações S.A.

CNPJ: 00.194.724/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a nota explicativa nº 21 a Companhia emitiu um total 17.108.039 ações ordinárias mediante a capitalização parcial da reserva especial de ágio, desta forma, a Companhia considerou necessário ajustar a média ponderada das ações. Assim, tanto o numerador (lucro do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora	
	2024	2023
Numerador:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(94.307)	133.822
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	2.020.441	2.014.442
Resultado básico e líquido por ação ordinária (R\$ por ação)	(0,04668)	0,06643

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

- (a) **Receita de suprimento de energia elétrica**
A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.
- (b) **Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**
A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- (c) **Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)**
A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

Notas	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais (ii)	14.091.302	2.587.122	11.630.999	2.389.730	14.395.876	2.710.731	11.948.283	2.494.702
Mercado de curto prazo								
MRE	646.991	8.641	2.834.778	37.860	646.991	8.641	2.834.778	37.860
SPOT	446.486	117.971	284.398	28.883	446.486	117.971	284.398	28.883
Outros	–	4.619	–	14.373	–	32.905	–	34.725
Contratos de energia eólicos	–	–	–	–	2.114.217	565.314	2.495.076	614.415
Contratos de energia solares	–	–	–	–	518.632	176.308	553.411	188.447
Partes relacionadas	29	4.064.148	532.371	2.640.883	284.548	553.052	417.504	2.028.549
Outros custos	–	6.044	–	9.510	–	6.974	–	37.685
Receita operacional bruta	19.248.927	3.256.768	17.391.058	2.764.904	18.675.254	4.036.348	20.144.495	3.626.550
PIS e Cofins	–	(278.507)	–	(232.340)	–	(314.273)	–	(273.057)
CFURH	–	(50.752)	–	(69.248)	–	(50.752)	–	(69.248)
ICMS e outros	–	(178.714)	–	(217.619)	–	(208.478)	–	(243.508)
Pesquisa e desenvolvimento	–	(24.353)	–	(21.935)	–	(24.353)	–	(21.935)
Receita operacional líquida	19.248.927	2.724.442	17.391.058	2.223.762	18.675.254	3.438.492	20.144.495	3.018.802

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
(ii) Compreende contratos hidricos.

25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

Notas	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Custo de produção e operação de energia								
Contratos bilaterais	4.233.569	(706.080)	3.351.713	(625.428)	4.313.669	(734.878)	3.603.908	(628.731)
Contratos com partes relacionadas	29	5.059.389	(774.733)	2.001.242	(236.659)	5.059.389	(768.620)	2.001.242
Mercado de curto prazo								
MRE	1.199.421	(19.064)	4.462	141	1.199.421	(19.064)	4.462	141
SPOT	364.669	(26.409)	8.799	(9.043)	422.454	(33.171)	46.638	(14.661)
Outros	2.905	(75)	–	(444)	2.905	(3.048)	–	(1.864)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	–	(234.887)	–	(226.191)	–	(309.468)	–	(297.035)
Taxa de fiscalização	–	–	–	–	–	–	–	–
ANEEL	–	(12.670)	–	(11.334)	–	(17.597)	–	(15.868)
Crédito de PIS e Cofins	–	154.059	–	99.705	–	162.802	–	107.259
Outros custos operacionais com partes relacionadas	29	–	(1.738)	–	(28.166)	–	–	–
Subtotal	10.859.953	(1.621.597)	5.366.216	(1.037.419)	10.997.838	(1.723.044)	5.656.250	(1.087.423)
Custo da operação								
Pessoal e administradores	–	(130.749)	–	(119.884)	–	(131.682)	–	(120.738)
Benefícios pós-emprego	–	(1.155)	–	(2.285)	–	(1.171)	–	(2.303)
Serviços de terceiros com partes relacionadas	29	–	(9.651)	–	(12.075)	–	(9.692)	–
Serviços de terceiros	–	(92.674)	–	(93.824)	–	(184.278)	–	(199.681)
Material	–	(13.153)	–	(12.901)	–	(23.816)	–	(18.410)
Depreciação e amortização	–	(262.459)	–	(248.442)	–	(511.113)	–	(498.834)
Seguros	–	(37.908)	–	(30.735)	–	(54.498)	–	(44.045)
Arrendamentos e aluguéis	–	(951)	–	(603)	–	(2.782)	–	(1.563)
Contribuições setoriais	–	(9.597)	–	(10.171)	–	(10.009)	–	(11.021)
Outras receitas (custos) operacionais	–	301	–	(582)	–	(2.220)	–	191
Subtotal	–	(557.996)	–	(531.502)	–	(931.261)	–	(908.479)
Total	10.859.953	(2.179.593)	5.366.216	(1.568.921)	10.997.838	(2.654.305)	5.656.250	(1.995.902)

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	Pessoal e administradores	(96.647)	(90.057)	(96.638)
Benefícios pós-emprego	(3.703)	(2.605)	(3.704)	(2.605)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 29)	(16.705)	(21.135)	(16.705)	(21.135)
Serviços de terceiros	(29.724)	(33.759)	(37.297)	(41.567)
Material	(4.219)	(2.139)	(5.414)	(5.091)
Seguros	–	–	(182)	–
Arrendamentos e aluguéis	(939)	(558)	(941)	(573)
Depreciação e amortização	(680)	(139)	(1.060)	(456)
Total	(152.617)	(150.392)	(161.921)	(161.484)

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	Baixa no contas a receber de venda de controlada (i)	–	(23.208)	–
Ajuste de preço do Complexo Eólico Alto Sertão II (ii)	(22.186)	–	(22.186)	–
Recebimento massa falida - Banco Santos (iii)	5.635	5.779	5.635	5.779
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (iv)	(12.795)	14.689	(12.795)	14.211
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(75)	(538)
Indenização de sinistro (v)	–	–	21.340	–
Outros	(1.587)	(2.100)	(5.663)	3.098
Total	(30.933)	(4.840)	(13.744)	(658)

- (i) O saldo refere-se ao impacto da reavaliação do contas a receber da venda da AES Tietê Nova para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.
(ii) Refere-se ao ajuste de preço a pagar pela Companhia, em decorrência do Earn-out e de outras obrigações previstas no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II, firmado com a Renova Energia S.A. em 03 de agosto de 2017.
(iii) Refere-se aos recebimentos que a Companhia tem direito sobre a massa falida do banco Santos. Após a decretação da falência pelo banco, a Companhia foi obrigada a habilitar os valores nos autos e periodicamente recebe esses numerários.
(iv) Em março de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 13.748 relativo ao ganho em arbitragem sobre recomposição tarifária extraordinária (RTE) de energia livre.
(v) Em outubro de 2024, a Companhia recebeu uma indenização por danos materiais ocorrido em sua controlada indireta São Cristóvão.

28. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	97.485	132.200	148.241	183.998
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	792	(1.845)	1.139	(1.784)
Atualização de créditos tributários	3.076	4.735	16.967	5.338
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	7	3.620	36.764	39.790
PIS e COFINS sobre receita financeira	(4.975)	(6.766)	(5.548)	(7.535)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas	29	1.807	1.622	–
Outras	–	89	18	5.835
Variações Cambiais:				
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	29	(515)	53	(515)
Outras receitas cambiais	–	6	33	406
Total	101.385	135.659	203.233	220.415
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2	(394.354)	(436.962)	(472.584)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira	(144.159)	(172.709)	(144.159)	(172.530)
Encargos de dívidas - partes relacionadas	–	(1.703)	–	–
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.2	(90.568)	(81.605)	(87.849)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	17	(9.262)	(10.857)	(9.262)
Atualização monetária de desmobilização	20	–	(6.409)	(4.549)
Juros capitalizados no imobilizado em curso	11 e 32	11.459	22.772	25.383
Juros sobre passivos de arrendamento	16	(1.113)	(848)	(10.222)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	–	–	(317)	(316)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	18.1	34.668	4.278	34.531
Despesa de subarrendamento	–	(1.807)	(1.622)	(1.622)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	–	(4.653)	(1.614)	(6.890)
Atualização monetária de ressarcimento	8	–	(10.072)	(11.267)
Outras	–	(4.118)	(3.951)	(8.959)
Variações Cambiais:				
Operações de swap	–	–	135	–
Outros	–	1.374	(1.145)	1.290
Total	(602.533)	(686.148)	(654.894)	(758.718)
Total Líquido	(501.148)	(550.489)	(451.661)	(538.303)

29. PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Contas a receber				
ARN Comercializadora de Energia	8.647	28.574	8.647	28.574
Tietê Integra (i)	17.190	14.697	–	–
Complexo Cajúna	9.797	1.304	9.797	1.304
Complexos Mandacarú e Salinas	188	–	–	–
Complexo Tucano	844	2.234	844	2.234
Complexo Ouroeste	89	–	–	–
Complexo Cassino	370	644	–	–
Complexo Araripe	796	1.214	796	1.214
Complexo Caetés	589	1.145	589	1.145
Veleiros	–	44	–	44
Auren Participações	3	–	–	–
Subtotal Contas a receber	38.513	49.856	20.676	34.515
Contas a receber - Capitalização de mão de obra própria				
Complexo Alto Sertão II	–	237	–	–
Complexos Mandacarú e Salinas	–	2.838	–	–
Complexo Cajúna	–	1.343	–	1.343
Complexo Tucano (ii)	–	1.679	–	1.679
Subtotal Contas a receber - Capitalização de mão de obra própria	–	6.097	–	3.022
Total Contas a receber	4	38.513	55.953	37.537
Outros ativos - Subarrendamento e contas a receber				
Complexo Ouroeste (iii)	409	334	–	–
Tietê Integra	4	3	–	–
Subtotal Outros ativos - Subarrendamento	9	413	–	–
Outros ativos - Dividendos a receber				
Complexo Ouroeste	21	–	–	–
Complexo Ventus	45	45	–	–
Complexo Tucano	1.221	911	1.221	911
Complexos Mandacarú e Salinas	1.6			



Auren Operações S.A.

CNPJ: 00.194.724/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria
		2024		2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (Número disponível)	3	33.558	33.558	44.858	44.858	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas)	3	1.145.196	1.145.196	1.151.097	1.151.097	Valor justo por meio do resultado
Fundo de liquidez - Conta Reserva	3	424.923	424.923	-	-	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	4	394.097	394.097	337.071	337.071	Custo amortizado
Conta de resarcimento	8	9.241	9.241	17.572	17.572	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (i)						Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Cauções e depósitos vinculados	7	99.192	99.192	-	-	Custo amortizado
Total		2.115.217	2.115.217	1.933.698	1.933.698	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	13	264.250	264.250	210.753	210.753	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.607.683	4.439.347	4.287.268	4.224.041	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15	1.219.020	1.139.773	1.234.026	1.148.567	Custo amortizado
Conta de resarcimento	8	671.310	671.310	527.555	527.555	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16	77.580	77.580	113.378	113.378	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (i)						Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		207.840	207.840	8.926	8.926	Custo amortizado
Total		7.145.516	6.897.933	6.654.835	6.506.149	

(i) A variação é devida à valorização do Dólar no período, resultando em uma posição ativa em algumas operações de swap de câmbio contratadas pela Companhia.

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

Instrumentos derivativos

Hedge de Fluxo de Caixa

A Companhia contratou operações de derivativo de swap de câmbio e NDFs (non-deliverable forward) com o objetivo de se proteger da exposição à moeda estrangeira.

Os itens protegidos e os instrumentos de hedge possuem uma relação econômica, uma vez que os termos e condições críticos do item coberto, como montantes do notional, vencimentos, moedas e taxas de juros, são os mesmos do instrumento de cobertura.

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros, que protegem os empréstimos com taxa variáveis, são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método da análise de regressão e correlação, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge com as mudanças no valor justo dos itens atribuíveis aos riscos protegidos. O cálculo da efetividade do hedge não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu pela efetividade das suas operações de hedge firmadas em todos os seus contratos.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto, ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo o ganho ou perda acumulados diferidos e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a: (i) operações por meio de cross currency swaps para proteger o totalidade de empréstimos captados no exterior, que resultam de posições passivas vinculadas à variação do CDI e (ii) operações por meio de NDF para proteção ao risco cambial referente à exposição gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Ambos itens se qualificam como hedge accounting e estão classificados como hedge de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Ativo	Passivo	Valor Notcional (US\$/mil)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	51.946	135	116.122	(23.164)
31/03/2021	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	47.246	19.810	138.169	(42.774)
Abri a setembro-2024	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	Dólar	NDF (ii)	-	77.888	71.744	75.378
Total					99.192	97.833		9.440

(i) A Companhia contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor notional de US\$116.122 mil e US\$138.169 mil, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$ 600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1,63% + variação cambial por CDI + 1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1,78% + variação cambial por CDI + 1,48% a.a., com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) A Companhia contratou NDFs (non-deliverable forward) com o objetivo de proteger a totalidade dos recebimentos futuros decorrentes da receita gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Os NDFs foram contratados entre abril e setembro de 2024 e o valor notional é de US\$ 71.744 mil, os quais têm seus vencimentos entre agosto de 2024 e junho de 2029. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos referidos NDFs totalizava uma posição passiva, líquida de R\$ 77.888. A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à diversos riscos que, se materializados, podem impactar seus resultados operacionais e financeiros. Tais riscos, para os quais a Companhia busca continuamente a estruturação de ações de mitigação, podem ser classificados nas seguintes categorias: (i) Riscos Estratégicos - vinculados a tomadas de decisão estratégicas que podem causar perda de valor econômico e/ou dano à reputação perante o mercado, aos clientes, às comunidades onde atua, e demais stakeholders; (ii) Riscos Legais/Regulatórios - associados à mudanças de regulamentação que podem impactar significativamente a capacidade da Companhia de buscar seus objetivos de negócio; (iii) Riscos Operacionais - eventos lesivos à Companhia decorrentes de falhas inerentes aos processos, pessoas e sistemas internos ou a fatores exógenos como redução dos recursos de geração, catástrofes naturais, etc.; (iv) Riscos Tecnológicos - associados à indisponibilidades de ambientes de Tecnologia de Informação (TI) ou de Tecnologia da Automação (TA) causadas por falhas internas/externas ou a ataques cibernéticos, prejudicando a continuidade dos processos de negócio regulares da Companhia e gerando impactos em toda a cadeia de valor ou riscos de vazamento de informações pessoais (titulares de dados) ou corporativas confidenciais, sob gestão ou de propriedade da Companhia e (v) Riscos Financeiros - associados às eventuais falhas nas operações financeiras e contábeis da Companhia, emissão inadequada de relatórios financeiros, fiscais, gerenciais, regulatórios, volatilidade da taxa de juros e outros indicadores macroeconômicos e demais fatores. A categoria de riscos financeiros contempla também o risco de crédito (perdas devido ao não das obrigações financeiras das contrapartes com as quais a Companhia opera), risco de liquidez (perdas devido à Companhia não conseguir honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, mediante vencimento) e riscos de mercado (perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de posições da carteira de comercialização da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, preços de energia, taxas de juros, etc.).

Por fim, cabe destacar que, como decorrência da materialização de qualquer um dos riscos elencados acima, a Companhia enxerga a existência de risco de imagem que pode vir a causar efeito negativo à reputação, credibilidade ou à marca da Companhia.

A estrutura e o processo de gerenciamento das principais categorias de risco descritas acima, estão detalhados a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento dos riscos

Visando assegurar a efetividade do gerenciamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a Administração deve empregar esforços para garantir: (i) a correta atuação das três linhas de atuação (detalhadas a seguir) bem como (ii) a observância ao processo de gerenciamento de riscos. Para este fim, o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutária, supervisão e análise periódicamente os riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como o processo e as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos, que são:

- 1ª linha de atuação - Áreas de negócio da Companhia responsáveis por garantir a observância das práticas de gerenciamento de riscos inerentes ao exercício de suas respectivas funções, incluindo a identificação, análise, avaliação e tratamento de tais riscos por meio da execução das ações de mitigação e da manutenção dos respectivos controles internos.
- 2ª linha de atuação - Composta pelas áreas de Gestão de Riscos de Negócio, Controles Internos e Ética e Integridade com a atribuição de, entre outros: (i) estruturar e continuamente aprimorar o processo de gerenciamento de riscos (identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos), (ii) apoiar a 1ª linha de atuação no processo de gerenciamento de riscos, (iii) padronizar procedimentos, sistemas e normativos que suportem a 1ª linha de atuação no gerenciamento dos riscos inerentes ao negócio, (iv) fomentar a cultura de gestão de riscos na Companhia, entre outros. Cabe também à 2ª linha de atuação o reporte aos respectivos órgãos de governança sobre o status do gerenciamento dos riscos e principais pontos de atenção.
- 3ª linha de atuação - Composta pela Auditoria Interna, responsável por aferir o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, de forma imparcial e independente e comunicar o resultado à Administração da Companhia, por meio de reporte executivo ao Comitê de Auditoria Estatutária e reporte administrativo ao CEO, tomando como base as melhores práticas de governança em companhias de capital aberto.

(a.1) Gestão de Riscos

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, disponível para consulta nos sites de Relações com Investidores da Companhia, da CVM e da B3, estabelecendo as diretrizes e responsabilidades sobre o tema na Companhia. Nesta política consta o detalhamento de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, desde a identificação, análise com base nos pilares de probabilidade e impacto, avaliação frente aos apetites a risco definidos junto ao Conselho de Administração, tratamento com base no resultado da etapa de avaliação visando garantir a aderência aos respectivos apetites, monitoramento e comunicação aos respectivos órgãos de governança. O processo descrito acima e detalhado na política é executado de forma contínua, coordenada e estruturada e é fundamentado nas diretrizes estabelecidas pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2018, pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), pelo Modelo das Três Linhas 2020 do IIA (The Institute of Internal Auditors) e pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

(a.2) Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Diretoria de Riscos Estratégicos e Controles, tem como atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos, implementação e avaliação de controles que mitiguem riscos objetivando assim garantir a exatidão das demonstrações contábeis.

(a.3) Auditoria Interna

A Auren Energia conta com uma área de Auditoria Interna estruturada, que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutária, assegurando o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa.

A Auditoria Interna tem como missão avaliar os principais riscos, o ambiente de controles internos e a governança corporativa, com o objetivo de garantir, entre outros aspectos, a acurácia das demonstrações financeiras, o cumprimento da legislação brasileira, a conformidade com as normas regulatórias do setor elétrico e a aderência às políticas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é desenvolvido com base na avaliação de riscos corporativos, buscando oferecer uma análise independente e criteriosa sobre possíveis riscos, deficiências significativas e fragilidades no ambiente de controle que possam impactar os processos e as demonstrações contábeis da Companhia.

Identificadas eventuais deficiências ou não conformidades, são definidos planos de ação pelos responsáveis pelos processos, especialmente quando os impactos alcançam as demonstrações contábeis. Esses planos são revisados pela área de Controles Internos, quando aplicável, e sua implementação é acompanhada de perto pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria anual é submetido à aprovação do Conselho de Administração e os resultados dos trabalhos realizados são regularmente reportados ao Comitê de Auditoria Estatutária, reforçando o compromisso da Companhia com a transparência e a excelência na gestão corporativa.

(a.4) Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais elevados padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para isso, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna, conduzido pela área de Ética e Integridade. O principal objetivo desse processo é conhecer os parceiros e avaliar os riscos associados às transações.

Além disso, todos os empregados da Companhia recebem uma cópia do Código de Conduta no momento da admissão, bem como treinamentos específicos sobre a lei anticorrupção, ética nos negócios, integridade corporativa, bem como treinamentos a respeito das principais normas e políticas que norteiam as ações do time de ética e integridade. A cultura de integridade e a importância do tema são reforçadas através do engajamento da alta liderança, além de comunicações periódicas a todos os colaboradores sobre suas normas, políticas e procedimentos. A Companhia também compartilha seu Código de Conduta com seus parceiros comerciais na cadeia de suprimentos e o anexa aos contratos relevantes, juntamente com cláusulas contratuais que preveem condições de ética e integridade dentro dos padrões estabelecidos pela lei.

Em caso de denúncia, suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Integridade. Com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas serão tomadas tempestivamente pela Comissão de Conduta, sejam elas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. Se houver impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo a alta liderança e o Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e cauções e depósitos vinculados.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em

contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

O risco decorrente da possibilidade do Grupo Auren apresentar perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR e ACL.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

Notas	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	3	452.979	798.473	1.178.754	1.195.955
Fundo de liquidez - Conta reserva	3	-	-	6.194	-
Contas a receber de clientes	4	301.524	277.500	394.097	337.071
Cauções e depósitos vinculados	7	5.327	44.168	9.010	383.100
Instrumentos financeiros derivativos		99.192	-	99.192	-
Total da exposição		859.022	1.120.141	1.687.247	1.916.126

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

Notas	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	5.477.669	5.101.629	5.826.703	5.521.294
Garantias de financiamento	7	(20.399)	(20.399)	(424.923)	(345.852)
Caixa e equivalentes de caixa	3	(452.979)	(798.473)	(1.178.754)	(1.195.955)
Dívida líquida		5.004.291	4.282.757	4.223.026	3.979.487
Patrimônio líquido		2.645.691	2.697.333	3.659.890	3.934.847
Índice de alavancagem financeira		189,11%	147,82%	115,39%	101,13%

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de dezembro de 2024, 21,39% (13,25% em 31 de dezembro de 2023) é de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 2,88 anos (2,88 anos em 31 de dezembro de 2023).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 15.3.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em data previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Debêntures", "Empréstimos e Financiamentos" e "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	264.250	-	-	-	-	264.250	210.753
Debêntures	151.804	306.311	3.274.045	1.548.197	1.266.048	6.546.405	4.956.337
Empréstimos e Financiamentos	683.460	433.268	426.330	250.502	30.118	1.823.678	2.036.563
Passivo de arrendamento	453	1.360	1.667	8.195	69.037	80.712	117.368
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	207.840	-	-	-	-	207.840	8.926
Total	1.307.807	740.939	3.702.042	1.806.894	1.365.203	8.922.885	7.329.947

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2024.

Devido às projeções de juros, os montantes de 2024 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	Notas	2024	2023
			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs, Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento)	3	1.145.196	1.151.097
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(5.788.532)	(5.450.84



Auren Operações S.A.
CNPJ: 00.194.724/0001-13

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2024**

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Outros riscos considerados relevantes
(c.1) Risco hidrológico
A geração de energia elétrica proveniente do parque gerador hidrelétrico do país depende diretamente de condições hidrológicas. As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo. Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (mediado pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina, as quais serão valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Quando o conjunto de usinas participantes do MRE produz energia nos níveis de suas garantias físicas e ainda quando houver saldo positivo de energia produzida, verifica-se uma situação de excedente de geração (designado como "Energia Secundária"), a qual é alocada proporcionalmente entre os geradores e liquidada no mercado de curto prazo ao PLD. Ainda, além das situações acima, também pode ocorrer de a alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto da geração, o que pode ou não gerar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e o submercado de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, dispõe de um tratamento específico e estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro, que podem reduzir ou eliminar as exposições, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem e da regra de sazonalização adotada pela Companhia.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas
Constrained-off de usinas eólicas e solares
O constrained-off de usinas eólicas e solares
A geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobertura dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do *constrained-off* edico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reparações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do *constrained-off*. Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período "definitivo" do *constrained-off* edico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultando da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reparações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante. No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais. Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*. Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como "Razão de indisponibilidade externa". O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa "franquia" é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

o fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição. Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro. Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais reintabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.

Lastró de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares
Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE "Penalidade por Insuficiência de Lastró de Energia de Reserva", o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastró de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022. A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim de argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastró não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastró de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastró e de penalidades por insuficiência de lastró de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou "por não conhecer" devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata" através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido. Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastró, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastró de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UVF Guaimbé I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$ 177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, fomos Notificados de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos de Santa Joana VI, Ventos de Santa Joana VIII, Ventos de Santa Joana XIV, Ventos de Santo Onofre I, Ventos de Santo Onofre III, Ventos de Santa Brígida I, Ventos de Santa Brígida II, Ventos de Santa Brígida III, Ventos de Santa Brígida IV, Ventos de Santa Brígida V, Ventos de Santa Brígida VI e Ventos de Santa Brígida VII, totalizando R\$ 650 para o mesmo período. Considerando os documentos recebidos, contestamos as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de imputação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação. Em janeiro de 2023, a ABEEÓLICA e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastró de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastró de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastró para energia de reserva de fonte eólica e solar. O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.

(c.3) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil
Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação esteja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que a reforma tributária aprovada somente produzirá efeitos a partir de 2026, e após sua regulamentação através de leis complementares e ordinárias (com a definição da alíquota dos novos tributos, por exemplo), a Companhia poderá mensurar os impactos futuros.

(c.4) Risco de instabilidade cambial e econômica
Instabilidade econômica
Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.
Instabilidade cambial
Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.5) Risco sociambiental
A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais. Visando o cumprimento da legislação ambiental, a mitigação de eventuais impactos e a melhoria contínua de seus processos de controle, a Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001 para os ativos com no mínimo três anos em operação pela Companhia, sendo as usinas hidrelétricas, os parques solares e complexos eólicos Alto Sertão II e Ventus. Além disso, todos os empreendimentos em operação possuem licenças ambientais válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No que se refere à segurança das barragens, a Companhia realiza o monitoramento constante das estruturas de barragens das usinas e pequenas centrais hidrelétricas sob sua concessão, acompanhando o seu comportamento por meio de um conjunto de instrumentos para monitoramento estrutural (como pressão e vazão da água). A Companhia possui também um sistema operacional para situação de emergência (SOSem), que define procedimentos e plano de comunicação no caso de enchentes e perigos de alagamento. A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. Há também a necessidade de reparação ou compensação do dano ambiental, se constatado. Em determinadas hipóteses previstas em lei, a ocorrência de eventos danosos ao meio ambiente e o descumprimento de normas e exigências podem se caracterizar como crime ambiental, ocasiões nas quais tanto a empresa quanto seus gestores podem ser responsabilizados. As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas da Companhia no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Companhia, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais. A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país incluindo em nosso Planejamento Estratégico e na gestão das práticas empresariais as diretrizes representadas por compromissos voluntários.

(c.6) Risco de obrigação de expansão
A Companhia possui obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Há um acordo judicial assinado em outubro de 2018 com Governo de São Paulo, concedendo 6 anos para cumprir a obrigação, vide nota explicativa nº 1.5.
(c.7) Risco da escassez de vento
Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.
(c.8) Risco de concentração - Fornecedores
A concentração de fornecedores pode expor a Companhia e suas controladas a riscos financeiros significativos de crédito ou de desempenho. Muitas vezes a Companhia depende de um único fornecedor contratado ou de um pequeno número de fornecedores para o fornecimento de aerogeradores e outros serviços necessários à operação dos complexos. Se esses fornecedores não conseguem cumprir com as suas obrigações operacionais, a Companhia busca atender às suas necessidades comprando de outros fornecedores, a preços de mercado, se expõe à volatilidade dos preços e ao risco de não estar sendo disponível durante determinados períodos, o que poderia impactar negativamente a lucratividade e afetar os resultados operacionais, e a violação de acordos com outras contrapartes, incluindo, sem limitação, clientes ou credores. Qualquer falha de um fornecedor no cumprimento de suas obrigações contratuais poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados financeiros da Companhia.

(c.9) Risco de mudanças climáticas
A Companhia e suas controladas possuem um portfólio diversificado (eólica, solar e hidro) e reconhecem que o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a garantia das suas operações. Com isto, avalia a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono. Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia, que em conjunto com a Diretoria de Estratégia e demais áreas, monitoram os cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia e suas controladas a diferentes tipos de riscos, através de estudos que utilizam cenários projetados a longo prazo, que incluem preço e valor e avaliação de mudanças climáticas no portfólio de energia. Em um projeto realizado por empresas especializadas para a Auren Participações, utilizando projeções dos impactos nas mudanças do clima no setor elétrico para os anos de 2030 e 2050, verificou-se que, mesmo para aqueles anos com tendência de variação na vazão histórica, não foram apontados riscos significativos em relação ao portfólio de geração de energia a longo prazo no Brasil, justificada, principalmente, pela resiliência do sistema devido à flexibilidade operacional de geração nas hidrelétricas.

31. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	outubro 2024	outubro 2025	R\$ 1.200.000
Vida em grupo	julho 2024	julho 2025	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.562
Responsabilidade civil de administradores- D&O	abril 2024	abril 2025	R\$ 100.000
Responsabilidade civil geral	abril 2024	abril 2025	R\$ 60.000
Riscos ambientais	abril 2024	abril 2025	R\$ 10.000
Frota veículos - RCF (i)	abril 2024	abril 2025	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Riscos Diversos - equipamentos	maio 2024	maio 2025	R\$ 672
Responsabilidade Civil Explorador - transportador aéreo	abril 2024	fevereiro 2025	R\$ 198

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo Auren, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice. O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo Auren.

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compensações de PIS e COFINS	15.456	16.782	19.709	17.351
Compensações de IRPJ e CSLL	-	-	-	61
Compensações de ICMS	138.727	11.836	168.508	26.779
Total	154.183	28.618	188.217	44.191

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	(356.781)	(413.668)	(371.337)	(445.152)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	(11.459)	(22.772)	(25.383)	(22.772)
Total de pagamento de juros	(368.240)	(436.440)	(396.720)	(467.924)

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(7.219)	1.051	(40.214)	71.655
Total	(7.219)	1.051	(40.214)	71.655

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado				
	Notas	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		5.514.672	138	5.514.810	6.000.664	138	6.000.802

- Itens que afetam o fluxo de caixa							
Pagamentos de principal	(399.051)	-	(399.051)	(475.639)	-	(475.639)	
Diferimento custos de transação	(312)	-	(312)	(431)	-	(431)	
Pagamento de encargos financeiros (i)	(413.668)	-	(413.668)	(445.152)	-	(445.152)	
Juros capitalizados	(22.772)	-	(22.772)	(22.772)	-	(22.772)	
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	(4)	(4)	-	(216.955)	(216.955)	
- Itens que não afetam o fluxo de caixa							
Encargos de dívida	436.962	-	436.962	472.581	-	472.581	
Varição monetária	81.605	-	81.605	87.850	-	87.850	
Varição cambial	(95.807)	-	(95.807)	(95.807)	-	(95.807)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	-	4	4	-	4	4	
Destinação de dividendos	-	8.788	8.788	-	225.739	225.739	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.101.629	8.926	5.110.555	5.521.294	8.926	5.530.220	
- Itens que afetam o fluxo de caixa							
Ingressos	15	600.000	-	600.000	600.000	-	600.000
Pagamentos de principal	15	(653.733)	-	(653.733)	(728.755)	-	(728.755)
Diferimento custos de transação	15	(31.374)	-	(31.374)	(33.321)	-	(33.321)
Pagamento de encargos financeiros (i)	15	(356.781)	-	(356.781)	(373.948)	-	(373.948)
Juros capitalizados	28	(11.459)	-	(11.459)	(22.772)	-	(22.772)
Pagamentos de dividendos	-	-	(100.000)	(100.000)	-	(100.000)	(100.000)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa							
Encargos de dívida	15	394.354	-	394.354	425.111	-	425.111
Varição monetária	15	90.568	-	90.568	94.629	-	94.629
Varição cambial	15	344.465	-	344.465	344.465	-	344.465
Destinação de dividendos	-	-	200.000	200.000	-	298.914	298.914
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.477.669	108.926	5.586.595	5.826.703	207.840	6.034.543	

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

33. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2024, o impacto desses compromissos contratuais para a Companhia e suas controladas, não reconhecido nas demonstrações contábeis é demonstrado abaixo:

	Controladora							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	2024	2023
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	21.234	21.234	21.234	21.234	21.234	183.366	289.536	95.731
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	352.471	352.471	352.471	352.471	352.471	3.291.038	5.053.393	1.959.111
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	49.768	49.768	49.768	49.768	49.768	174.192	423.032	662.465
Encargos de conexão	5.233	5.233	5.233	5.233	5.233	39.563	65.728	31.458
Modernização e manutenção de usinas	309.438	109.223	70.661	38.246	6.330	4.237	538.135	412.397
Arrendamento	17.147	17.021	17.021	17.021	17.021	436.338	521.569	-
Contratos de compra de energia	210.133	49.519	49.159	-	-	-	308.811	472.627
Total	965.424	604.469	565.547	483.973	452.057	4.128.734	7.200.204	3.633.789

	Consolidado						
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	2024
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TF							



Auren Operações S.A.

CNPJ: 00.194.724/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

→★ continuação

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de diretores da Auren Operações S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia SP 294, Comandante João Ribeiro de Barros, KM 343, Distrito industrial Cláudio Guedes Misquiati, sala 07, cidade de Bauru, estado de São Paulo, CEP 17064-868, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.194.724/0001-13, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que: (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

Diretores:

Mario Antonio Bertoncini
Diretor Presidente

Mateus Gomes Ferreira
Diretor Vice-Presidente de Relação com Investidores

Daniel Marrocos Camposilvan
Diretor Vice-Presidente

Carlos Curci Neto
Diretor Vice-Presidente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaramos, na qualidade de diretores da Auren Operações S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia SP 294, Comandante João Ribeiro de Barros, KM 343, Distrito industrial Cláudio Guedes Misquiati, sala 07, cidade de Bauru, estado de São Paulo, CEP 17064-868 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.194.724/0001-13, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que: (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

Diretores:

Mario Antonio Bertoncini
Diretor Presidente

Mateus Gomes Ferreira
Diretor Vice-Presidente de Relação com Investidores

Daniel Marrocos Camposilvan
Diretor Vice-Presidente

Carlos Curci Neto
Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA

Daniel Marrocos Camposilvan
Diretor Presidente

Mateus Gomes Ferreira
Diretor Vice-Presidente de Relação com Investidores

Mario Antonio Bertoncini
Diretor Vice-Presidente

Carlos Curci Neto
Diretor Vice-Presidente

CONTADOR

Hugo Satoru Nagae
CRC SP: 1SP329701/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e acionistas da

Auren Operações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Auren Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa nº 2.10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 3.438.492 mil, conforme divulgado na nota explicativa 24, e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 1.723.044 mil, conforme divulgado na nota explicativa 25. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo.

Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita e do ambiente de controle da Companhia; (iii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 24 e 25, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de

auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, e os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avалиamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avалиamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O
Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 25/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/25/AURENOPER158104425022025.pdf>
Hash: 1741828940180963ac6148413d99e149e978a97bb8